

Nathalia Monseff Junqueira

A VIAGEM DE GUSTAVE FLAUBERT AO EGITO

ENSAIOS SOBRE OS USOS
DO PASSADO NA HISTÓRIA
E NA LITERATURA

Nathalia Monseff Junqueira

A VIAGEM DE GUSTAVE FLAUBERT AO EGITO

ENSAIOS SOBRE OS USOS
DO PASSADO NA HISTÓRIA
E NA LITERATURA





**UNIVERSIDADE FEDERAL
DE MATO GROSSO DO SUL**

Reitor

Marcelo Augusto Santos Turine

Vice-Reitora

Camila Celeste Brandão Ferreira Ítavo

Obra aprovada pelo

CONSELHO EDITORIAL DA UFMS

Deliberação Nº 17, DE 12 DE JUNHO DE 2020

Conselho Editorial

Rose Mara Pinheiro (presidente)

Além-Mar Bernardes Gonçalves

Alessandra Borgo

Antonio Conceição Paranhos Filho

Antonio Hilario Aguilera Urquiza

Elisângela de Souza Loureiro

Elizabeth Aparecida Marques

Marcelo Fernandes Pereira

Naivo Franco de Almeida Jr

Rosana Cristina Zanelatto Santos

Ruy Caetano Correa Filho

Vladimir Oliveira da Silveira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Divisão da Editora UFMS, Campo Grande, MS, Brasil)

A viagem de Gustave Flaubert ao Egito: ensaios sobre os usos do passado na história e na literatura [recurso eletrônico] / Nathalia Monseff Junqueira. Campo Grande, MS : Ed. UFMS, 2020.
1 arquivo: 2.487 kb

Formato: digital

Disponível no Repositório Institucional (UFMS)

ISBN 978-65-990185-8-9

1. Egito – História. 2. Civilização egípcia. 3. Literatura egípcia. I. Junqueira, Nathalia Monseff

CDD (23) 932

Elaborada pela Bibliotecária Lilian Aguiar Teixeira CRB 1/2448

Nathalia Monseff Junqueira

A VIAGEM DE GUSTAVE FLAUBERT AO EGITO

ENSAIOS SOBRE OS USOS
DO PASSADO NA HISTÓRIA
E NA LITERATURA

Campo Grande - MS
2020



© dos autor:
Nathalia Monseff Junqueira

1ª edição: 2020

Projeto Gráfico, Editoração Eletrônica
TIS Publicidade e Propaganda

Revisão
A revisão linguística e ortográfica
é de responsabilidade dos autores

A grafia desta obra foi atualizada conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 1º de janeiro de 2009.

Direitos exclusivos
para esta edição



Divisão da Editora UFMS - DIEDU/AGECOM/UFMS

Av. Costa e Silva, s/nº - Bairro Universitário, Campo Grande - MS, 79070-900
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Fone: (67) 3345-7203
e-mail: diedu.agecom@ufms.br

Editora associada à



ISBN: 978-65-990185-8-9
Versão digital: junho de 2020.

*Dedico esse livro a meu pai
Gilmar, a minha mãe Silvana e a
minha irmã Nadia pelo apoio e
amor incondicionais.*

APRESENTAÇÃO

○ EGITO FASCINANTE

O Egito tem fascinado povos e culturas, no correr dos séculos. Na própria Antiguidade, a civilização egípcia exerceu uma influência muito além das margens do Nilo, já no terceiro milênio a.C. O Novo Império (1550 – 1070 a.C.) marcou um ápice dessa expansão de ideias, modas e tendências, tanto no âmbito da cultura espiritual, como material. Isso se deu em direção ao norte, tendo um impacto decisivo no que viria a ser, séculos depois, a civilização helênica. Heródoto de Halicarnasso (484-425 a.C.) viria a atribuir muito da mitologia e da sabedoria dos gregos ao seu contato com os egípcios. Plutarco (45-120 d.C.), séculos depois, criticaria o historiador grego por ter atribuído tanto da civilização grega aos egípcios, o que apenas atesta o quanto os antigos se preocupavam com a herança egípcia. Também a arte grega testemunha motivos egípcios desde muito cedo.

O mesmo pode ser verificado nas outras direções. Ao oeste, as culturas, a partir da Líbia, receberam influxos egípcios duradouros, com reflexos até o extremo ocidente, na Mauritânia, passando pelos berberes do interior. Ao sul, a Núbia, em uma relação simbiótica, levou o Egito às profundezas do continente, chegando à África subsaariana e tendo, por outro lado, reinado no próprio Egito (25ª dinastia, 760-656 a.C.). Ao oriente ainda mais, o Egito exerceu não apenas influência, mas um domínio territorial por muitos séculos, entre o Sinai e as montanhas libanesas a nordeste. Essa foi uma região de presença egípcia muito antiga e persistente. Isso pode ser avaliado pela Arqueologia, pois são inúmeras as inscrições egípcias nessa região, assim como outros vestígios materiais. No próprio texto bíblico, há numerosas referências ao Egito, a começar pela história de José, vendido pelos irmãos aos egípcios em

Canaã (Gênesis 37), tendo se tornado vizir e acolhido o povo hebreu no Egito. Isso atesta a frequência egípcia da região canaanita e seu contato continuado e constante com os povos semitas que ali viviam. A própria escravidão dos hebreus no Egito e papel libertador de Moisés demonstra essa interação cultural. Alguns estudiosos modernos chegaram mesmo a questionar se os hebreus foram, de fato, servos no Egito, ou se foram subjugados pelos egípcios na sua própria terra. Isso não importa para nosso argumento, pois o que salta aos olhos é a imensa interação cultural egípcia com os povos vizinhos. A própria criação do alfabeto pelos semitas, provavelmente pelos fenícios, segundo diversos estudiosos, teve sua inspiração na escrita hieroglífica, cujos sinais incluíam alguns fonéticos.

O Egito permaneceu fascinante muito depois do seu ápice. Persas, gregos e romanos, ainda na Antiguidade, ficaram fascinados pelos costumes egípcios. Os romanos apaixonaram-se de forma aberta, tanto nas elites, como nas massas. Cleópatra (69-30 a.C.) testemunha esse fascínio de uns e outros. Céstio, pouco depois, mandou construir uma pirâmide (12 a.C.), que ainda chama a atenção em Roma, em nossos dias. O culto de Ísis e Osíris conquistou tanto pessoas comuns, como as elites. As paredes de Pompeia (79 d.C.) testemunham o êxito dos temas nilóticos.

A partir do Renascimento, o interesse pelo Egito, que não havia sido abandonado, encontrou novo alento. Durante as Cruzadas, desde 1096, os ocidentais estavam em contato direto já com o Egito, mas a redescoberta do fascínio pelo Egito antigo viria com a redescoberta e leitura dos antigos e com o contato com a arte egípcia. A Maçonaria e sua releitura da espiritualidade egípcia antiga entram nesta perspectiva, com origens, ainda que obscuras, no início da modernidade. O Egito antigo tornou-se, em parte por sua presença tão grande na tradição greco-romana e judaico-cristã, uma referência na modernidade ocidental, ainda

nos séculos que antecederam o imperialismo napoleônico. Este viria a ser decisivo no conhecimento de primeira mão da antiga civilização, a partir do final do século XVIII. A decifração dos hieróglifos (1822) abria uma nova etapa de conhecimento daquela civilização, que seria muito incrementada pelas pesquisas arqueológicas. Milhares de inscrições e milhões de artefatos viriam trazer o Egito antigo de novo para o centro das atenções, no que alguns chamariam de egiptomania.

Os ocidentais intensificaram suas viagens pelo oriente próximo, em geral, e para o Egito, em particular. A publicação de *A Relíquia*, de Eça de Queiroz, em 1887, mostra como esse tour era uma referência cultural ampla no Ocidente. Este é o contexto em que Gustave Flaubert (1821-1880) esteve no Egito (1849-50) e contribuiu, de forma decisiva, para que o Egito se consolidasse no imaginário ocidental, cada vez mais enfeitado pela antiga civilização. Nathalia Monseff Junqueira brindanos com uma obra original sobre o tema, em uma reflexão inédita sobre os usos do passado, como os modernos fizeram uso dos antigos para fins próprios. Neste sentido, trata-se de uma contribuição na interface entre a História Antiga e a História Contemporânea. Agencia, ainda, diversas disciplinas em interação, a começar pela História e a Literatura, mas também a Arqueologia e a Iconografia. Isso foi possível devido, em primeiro lugar, à formação da autora. Nathalia Monseff Junqueira, hoje professora da UFMS, em Corumbá, responsável pelo Laboratório de Documentação Histórica e Estudos Regionais/CPAN, iniciou os seus estudos de graduação em História na Unicamp, com pesquisa de Iniciação Científica e monitoria em História Antiga e Arqueologia Clássica. Na graduação, muito talentosa, além dos conhecimentos prévios do inglês, Junqueira aprofundou seus conhecimentos de francês e espanhol e concluiu o estudo do grego antigo na própria Universidade Estadual de Campinas. Logo em seguida, seguiu os estudos na Universidade Estadual Paulista – Unesp/Franca, sob a orientação da professora Margarida Maria de Carvalho, estudiosa experiente e de projeção internacional, que orientou o

mestrado da jovem Nathalia Monseff Junqueira. A autora escreve de maneira elegante e despretensiosa, levando o leitor a uma viagem prazerosa entre passado e presente. Ao final, o leitor sai satisfeito e enriquecido, o que não é pouco. Boa leitura!

Pedro Paulo A. Funari

Professor Titular do Departamento de História
Universidade Estadual de Campinas

PREFÁCIO

No distante século XIX, um literato francês chamado Gustave Flaubert viajou para o Egito e se deslumbrou com a beleza de um país distante da dita civilização ocidental. A viagem, inspirada nas expedições científicas da época, teve como meta a observação de recursos naturais e de novas construções instigantes ao seu realismo literário.

Como se estivesse enredado em seus próprios romances, Gustave Flaubert descreveu em seu diário de bordo sua VOYAGE EN ÉGYPTE, mesclando admiração, curiosidade e espanto.

Diferentemente das tramas de seus escritos literários, o literato francês se envolveu em uma trama da História e, dessa forma, tropeçou no ato da realidade histórica fantasiando segredos de um típico viajante oitocentista. Ao se deparar com as cores sempre vivas, o ar e clima exóticos daquele país africano, sentiu uma mistura de surpresa, entusiasmo e mistério.

Por meio do clima científico da época e pela valorização das ciências ditas naturais, Flaubert caminhou por um mundo desconhecido, fantástico e com tons até mágicos, inspirado pelo sentimento de superioridade eurocêntrica. Afinal de contas, seu país de origem estava participando da corrida imperialista do período. Nada mais interessante do que percorrer terras lindas e, ao mesmo tempo, estranhas ao seu olhar.

Esse diário de bordo é, portanto, fruto do Orientalismo desenvolvido na Europa, e como tal serve como fonte de conhecimento sobre o Egito através das impressões de um europeu preocupado em afirmar sua identidade diante das diferenças em Ocidente e Oriente.

Esse é o panorama que subjaz à obra flauberiana ainda não traduzida para o português e, portanto, ainda inédita no cenário da investigação

histórica em terras brasileiras. Assim, o presente livro de autoria da jovem historiadora Nathalia Monseff Junqueira, fará com que o belo livro *Voyage en Égypte*, VIAGEM NO EGITO, seja mais amplamente conhecido.

Dessa maneira, o livro é ambientado no contexto da corrida imperialista do século XIX e, é claro, Flaubert fará uma avaliação do Egito como uma terra repleta de curiosidades e deslumbres com o sentimento de um intelectual do velho continente.

O livro de Nathalia Monseff Junqueira nos traz um assunto inédito. Ao abordar um diário de bordo e sua contextualização histórica, discute conceitos pertinentes à época do século XIX que faz com que compreendamos melhor a narrativa de Flaubert. Seus dois primeiros capítulos alicerçam a base necessária para entendermos o terceiro, rico em trechos e análise da obra de Flaubert.

O leitor se deliciará com cada página do livro: uma mistura de História e literatura que culminará na compreensão dos usos do passado em seu sentido *strictu*.

A autora nos conduz pelas suas mãos à instigante sociedade do Antigo Egito através da narrativa de Flaubert. Ao mesmo tempo, nos guia através de uma rica interpretação acerca do contexto orientalista e imperialista para que o leitor compreenda que a vida e a história não são pautadas somente pelo realismo, mas por cientificismo aliado ao imaginário histórico.

Profa. Dra. Margarida Maria de Carvalho

Departamento de História - Programa de Pós-graduação
em História - Coordenadora do Grupo do Laboratório de
Estudos sobre o Império Romano G.LEIR UNESP/Franca

AGRADECIMENTOS

Gostaria de iniciar os meus agradecimentos pelos amigos com os quais dialoguei, consultei e leram os primeiros manuscritos desse livro: Margarida Maria de Carvalho e Pedro Paulo Funari. Agradeço a Renata Senna Garraffoni, pelo aceite ao convite de escrever a quarta capa, ao Lúcio Menezes Ferreira, pelas sugestões ao meu trabalho, ao Julio Gralha, por alguns esclarecimentos sobre a cultura egípcia e ao Carlos Eduardo da Costa Campos, pelo incentivo na publicação do livro.

Agradeço a Editora da UFMS pelo interesse na temática do livro e pelo apoio para que a publicação se concretizasse.

Ao revisor desse livro, Sergio Drummond M. Carvalho, pelas importantes sugestões e mudanças, tornando o texto mais inteligível.

Agradeço à Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, *campus* Franca, e à Universidade Estadual de Campinas, pelo apoio institucional e técnico durante a consulta ao material que auxiliaram na escrita do livro.

Não poderia deixar de citar aqui os nomes de Alessandra Prando, Fabíola Andreza Santos, Marcela Marrafon de Oliveira, Michel Mendes, Roberta Alexandrina, Thaís Rezende, Tharsila de Medeiros, Verônica Borges e Viviane Wolf Cattozzi, que compartilharam comigo histórias, certezas e muitas dúvidas.

As pessoas que eu conheci em Ribeirão Preto, minha cidade Natal, um agradecimento especial. À Elis Akabochi, Renata Gomes e Talita Sartori, que me mostraram o valor de uma amizade sincera e verdadeira. Às minhas avós, tios e primos por fazerem parte da minha família.

O meu maior agradecimento vai para o meu pai Gilmar, a minha mãe Silvana e a minha irmã Nadia, pelo apoio incondicional em todos

os momentos da minha vida. Agradeço também por me ensinarem o significado da palavra amor e respeito. Mesmo estando longe, vocês estão presentes em cada pensamento que me ocorre durante o dia. Eu não conseguiria aqui expressar todo o meu amor por vocês. É para vocês que eu dedico esse livro.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO I	
Gustave Flaubert e a narrativa no século XIX	22
Flaubert, História e Literatura. Discussão teórica e metodológica.....	24
Tratamento da fonte	39
Gustave Flaubert e sua obra	40
CAPÍTULO II	
Precedentes para a compreensão da narrativa de viagem de Gustave Flaubert no contexto orientalista	48
Sobre Cultura, Imperialismo, Identidade e Nacionalismo	49
O Orientalismo	58
Ocidente e Oriente no século XIX: elementos para a construção de uma nova identidade	65
CAPÍTULO III	
O Antigo Egito na concepção de Gustave Flaubert	76
Gustave Flaubert e a História do Antigo Egito.....	78
As representações do Antigo Egito em Flaubert.....	94
CONCLUSÃO	114
BIBLIOGRAFIA	118

INTRODUÇÃO

Este livro é o resultado de leituras que me permitiram debruçar sob um novo campo aberto ao estudo da Antiguidade Oriental, denominado de usos do passado. Essa vertente apresenta a preocupação de entender como houve a manipulação do passado por grupos no poder para legitimar seus discursos e suas práticas vigentes, e é dentro dessa perspectiva que este livro se insere.

Nesta introdução, discorreremos acerca dos temas abordados no livro. Um deles, o denominado *usos do passado*, que tem Arnaldo Momigliano (1908-1987) como um dos primeiros historiadores a mapear o uso da Antiguidade por estudiosos modernos e contemporâneos. Esse autor (1997: 304) afirma que o historiador é um recopiador de fatos do passado humano e que no momento de registro ocorre uma seleção dos acontecimentos, gerando um princípio de interpretação dos fenômenos escolhidos para serem copiados. Essa interpretação pode ser observada, segundo Momigliano (1997, p. 13), nos estudos sobre as ideologias políticas, iniciados com as pesquisas sobre a política em textos gregos e romanos, e que serviram para a produção, implícita ou explícita, da propaganda nazifascista em meados da década de 1920.

Outro autor interessado nessa temática foi Moses I. Finley (1912-1986), que demonstra o problema e a natureza das generalizações, como os historiadores da história antiga suprimem ou presumem fatos em seus estudos (FINLEY, 1989, p. 57). Ao ordenar os eventos, não importando a maneira como eles são classificados, ocorrem generalizações no momento em que se inicia sua explicação. Esse autor comenta os estudos de Momigliano, inclusive o “complexo e persistente contraponto que ele tece... entre o mundo antigo e moderno” (1989, p. 76), auxiliando na análise das produções tradicionais sobre a Antiguidade, na historiografia moderna e contemporânea.

Seguindo essa linha de estudo, temos o historiador Pierre Vidal-Naquet (1930-2006), que em seu livro *Os gregos, os historiadores, a democracia* (2002), trabalha com a diversidade de características da democracia, e observa a maneira como era transmitida pelos estudiosos desde os períodos modernos até os dias atuais. Ele destaca, em um dos capítulos de sua obra, o modo como a democracia ateniense foi trabalhada para justificar a adoção de sistemas de governos ou discursos no ano anterior à Revolução Francesa.

Esse uso das instituições antigas durante a Revolução Francesa também foi o tema de José Antonio Dabdab Trabulsi no texto *Liberdade, Igualdade, Antiguidade: a Revolução Francesa e o Mundo Clássico* (1998), no qual observa o modo como a democracia ateniense, a oligarquia espartana e a república romana serviram de base para o estabelecimento da democracia na França pós-revolucionária. A recuperação dos valores antigos, de acordo com o autor (1998, p. 209), não oferecia nenhuma dificuldade para as discussões que na época recusavam a tirania como forma de governo; ou seja, a luta que os revolucionários instauraram contra o rei Luis XVI.

Outro historiador brasileiro que trabalha nesse campo dos usos do passado é Pedro Paulo Funari (2006, p. 19), com sua tese de que a Guerra do Peloponeso serviu de modelo para as análises realizadas sobre as duas guerras mundiais ocorridas no século XX e para comparações entre Estados Unidos e Iraque, em conflito entre os anos de 2003 a 2011. O assessor do ministro da Defesa americana Davis Hanson, segundo Funari (2006, p. 43), traça um paralelo entre os Estados Unidos e Atenas, sugerindo uma mudança dos sistemas de governos dos países invadidos para o democrático, buscando, dessa maneira, novos aliados no Oriente.

Glaydson José da Silva é outro historiador nessa mesma linha de pesquisa. Seu livro *História Antiga e usos do passado: um estudo de apropriações da Antiguidade sob o Regime de Vichy (1940-1944)*, publicado em 2007,

versa sobre o modo como a República de Vichy, implantada ao tempo da permanência da Alemanha nazista na França, durante a Segunda Guerra Mundial, manipulou o discurso vigente em prol de uma nova França, descendente de um passado gaulês. Silva também aponta a forma como essa manipulação do passado francês criou uma nova memória coletiva, reavivando figuras históricas pertencentes à tradição francesa.

Como comenta Silva (2007), os trabalhos que versam sobre os usos do passado, quando realizados por estudiosos que se encontram no chamado Terceiro Mundo, explicitam ao longo das discussões historiográficas que os autores franceses estão comprometidos com os interesses europeus. Nesse sentido, a temática sobre o Antigo Egito explorada neste livro é um assunto bastante produtivo, pois proporciona um significativo arcabouço crítico, além de fascinar muitas sociedades desde a Antiguidade até os dias atuais, principalmente na Europa.

A História Cultural é uma outra linha de pesquisa com a qual o trabalho aqui proposto dialoga. Suas categorias explicativas analisam a cultura da sociedade estudada; trata-se de uma influência herdada da Antropologia entre as décadas de 1960 e 1990 (BURKE, 2005, p. 44). Entretanto, Max Weber (1864-1920) e Marc Bloch (1886-1944), nos anos iniciais do século XX, retornam a Heródoto em seus estudos pelo fato de este autor enfatizar os elementos culturais das sociedades que ele descreve, o que corresponderia a uma reação ao positivismo da História francesa do século XIX. Outra vertente de análise dentro da História Cultural é a do antropólogo estruturalista Claude Lévi-Strauss (1908-2009), que não está preocupado com a questão da superioridade entre raças, que permeou boa parte do século XIX e XX, mas com a contribuição e a diversidade de cultura que compõe as diferentes nações. Não se pode excluir o fato de que as culturas assimilam elementos estrangeiros para a constituição de suas identidades, uma vez que não há culturas isoladas, mas uma coexistência entre elas.

A diversidade se dá pela relação entre culturas, e não por um isolamento. Heródoto já havia chamado a atenção para tal fato ao observar algumas características culturais da Atenas do século V a.C., entretanto foi criticado na sua época e também durante o século XIX. Para Edward Said, com o imperialismo, “todas as culturas estão mutuamente imbricadas; nenhuma é pura e única, todas são híbridas, heterogêneas, extremamente diferenciadas, sem qualquer monolitismo” (1995, p. 28). As trocas culturais podem ser pensadas como um movimento de empréstimo ou imitação entre as culturas, segundo Gilberto Freyre (1900-1987), por isso não há uma raça superior. Para esse autor, a cultura é dinâmica e expansiva; o indivíduo é portador de traços de cultura, que dissemina e combina com outros traços. A perspectiva que adotamos nesse trabalho analisa a sociedade francesa do século XIX através das representações que Gustave Flaubert faz do Antigo Egito em seu diário de bordo, tentando mapear as características culturais que o influenciaram em sua viagem.

Dentro da História Cultural, nos preocupamos com a questão de História e Literatura, apontando suas principais características no século XIX, importantes para entendermos a maneira como a narrativa de bordo pode ser analisada. Outro ponto destacado nesta temática é como o debate ao redor do uso da fonte literária para o estudo da História continua presente entre os historiadores, e, sobre esse tópico, procuramos demonstrar a nossa opinião, isto é, nos momentos em que ela se fazia necessária.

O conceito de cultura política é uma outra metodologia encontrada nesse livro, que procura salientar os acontecimentos políticos e sociais da França oitocentista e que são importantes para a leitura do diário de bordo de Gustave Flaubert. A cultura política nasce dentro da ciência política e da sociologia dos anos de pós-guerra do século XX, e desenvolve-se no ápice da sociedade democrática norte-americana. Para Gabriel Almond (1999, p. 203), a teoria de cultura política pode ser de-

finida de quatro formas: a) composta pela resposta da população de uma nação sobre o que seria política; b) conceito que envolve atitudes, crenças, valores e normas, que são mais ou menos compartilhadas; c) não é pré-determinada, e sim resultado da socialização primária, educação, exposição à mídia e experiências adultas com as ações do governo e d) a cultura política influencia as estruturas e o desempenho político e do governo. O mesmo autor afirma que a cultura política “é uma variável relativamente flexível, influenciada de maneira significativa pela experiência histórica assim como pela estrutura e o desempenho governamental e políticos” (1999, p. 206).

Dentro desse debate, Margaret Somers salienta que para “compreender as peculiaridades do conceito de cultura política, a lógica interna desta teoria, pode tornar-se visível considerá-la como uma rede conceitual. Ela exige nada menos que uma sociologia histórica da formação de conceitos.” (1996, p. 34). Indica, ainda, que o pesquisador deve seguir contextualizando as pesquisas históricas e percebendo as redes conceituais às quais pertencem, procurando entender a maneira como esses conceitos operam.

Segundo René Rémond (1996, p. 19), o objetivo dos estudiosos seria o de compreender as atitudes políticas de um ponto de vista social; o conceito de cultura política criou uma dimensão nova no estudo da política, distante dos objetos mais tradicionais que viam somente os mecanismos de poder e somente as ideias políticas. Para esse autor (1999, p. 29), a pluridisciplinaridade contribui de forma decisiva para a renovação da história cultural, principalmente o diálogo com as ciências sociais, que obrigou os historiadores a formularem novas perguntas para a análise da cultura política.

Um ponto a ser destacado nesse momento é o caráter inédito dessa obra escrita por Flaubert como fonte histórica, focalizando nas passagens descritas por ele acerca dos lugares que lhe foram apresentados de-

talhes, que apontam para uma apropriação dessa sociedade oriental pelo imperialismo francês, justificando as invasões a esse território e servindo de contraponto na formação da identidade nacional francesa.

Diante do exposto acima, este livro compõe-se de três capítulos. No primeiro, dividido em dois itens, preocupamo-nos em apresentar uma breve discussão sobre os conceitos de História e Literatura, destacando as opiniões de alguns estudiosos sobre o uso de obras literárias como fonte histórica, não havendo uma pretensão de findar esse debate, além de inserirmos as nossas considerações acerca do que foi discutido. No segundo item, houve a elaboração de um rápido panorama da vida e obra de Gustave Flaubert, assim como dos estilos literários presentes no século XIX que marcaram as publicações desse literato.

O segundo capítulo traz um tópico que discute os conceitos de orientalismo, imperialismo, identidade e sentimento nacionalista, salientando como eles se relacionam e influenciam as suas teorias acerca do que deve ser cada conceito. Em seguida, traçamos um panorama do cenário político, social e econômico do século XIX, evidenciando como política e cultura estão ligadas, interferindo na maneira com a qual o Ocidente percebe o Oriente durante o contato proporcionado pelas conquistas europeias impostas ao Leste.

O terceiro capítulo, na primeira parte, buscamos desenhar o cenário histórico do Antigo Egito, baseando-nos nas referências de Flaubert, descrevendo as dinastias, o alfabeto, as mulheres, os monumentos arquitetônicos e a arte faraônica. Na segunda parte, serão analisadas as representações que o nosso literato faz do Antigo Egito, em que percebemos, nas passagens retiradas de *Viagem ao Egito*, o espírito cientificista, o discurso imperialista e o esforço orientalista para traduzir o Antigo Egito à sociedade francesa do século XIX, recorrendo-se, sempre que necessário, às discussões realizadas nos capítulos anteriores.

Este livro tem a preocupação de apontar novas formas de se abordar o estudo da Antiguidade, especialmente, do Antigo Egito, considerando os atuais debates sobre a História Cultural e a Cultura Política na interpretação tanto das representações quanto do contexto em que elas foram produzidas, sinalizando para um campo aberto a várias possibilidades de recortes de investigação e interpretações.

CAPÍTULO I

GUSTAVE FLAUBERT E A NARRATIVA NO SÉCULO XIX

“Nosso século é o século da história”.

(MONOD, 1876, p. 314)

O uso de obras literárias – como fontes para o estudo da História – tem gerado, atualmente, diferentes opiniões entre historiadores e estudiosos da Literatura. Dominick La Capra afirma que “recentes ênfases na narrativa não têm trazido um consenso entre os historiadores nem sobre o papel da narrativa na historiografia ou sobre a natureza precisa e status do procedimento da narrativa na história e na literatura” (2000, p. 23). Pela quantidade de textos produzidos sobre essa temática, torna-se uma tarefa árdua apontar as várias interpretações a respeito da relação entre os textos literários e a produção de um conhecimento histórico.

Inteirar-se dessa discussão faz-se necessário, uma vez que a História tem recorrido a diferentes áreas das Ciências Humanas, como a antropologia, a sociologia, a economia e a crítica literária para a análise do passado. Através dessa última, podemos reconhecer como a análise do texto e do contexto, bem como do discurso, podem nos auxiliar na abertura “do paradigma historiográfico de realidade e representação, principalmente do século XIX” (KRAMER, 2001, p. 135). Neste capítulo, faremos uma exposição da maneira como a História foi constituída durante esse século, período em que as obras literárias não poderiam ser exploradas como fontes históricas.

Dado o exposto acima, preocupamo-nos, neste capítulo, em apresentar as vertentes mais recentes relacionadas a essa discussão, inserindo,

oportunamente, a nossa opinião. Assim, atentaremos à maneira como o texto e o contexto interagem entre si, observando também os conceitos da análise do discurso e da representação. A decisão, neste livro, foi pelo uso dessas duas categorias para o estudo do Antigo Egito na narrativa de viagem de Gustave Flaubert.

Imagem 1: Fotografia de Flaubert por Ferdinand Mulnier. Centre Flaubert. Université de Rouen.



Fonte: <http://flaubert.univ-rouen.fr/>

Apesar de a análise do discurso e a representação terem origens diferentes, na literatura e na historiografia, respectivamente, não são conceitos excludentes entre si. Eles auxiliam-nos na percepção de como são projetadas as prerrogativas imperialistas dos grupos dominantes na França nas sociedades orientais durante o século XIX, legitimando suas condutas e projetos nessas localidades, bem como esboçando uma nova identidade para esses grupos.

Essa publicação de Flaubert, intitulada *Voyage en Égypte* (Viagem ao Egito), em que ele narra todas as impressões e experiências durante

a sua estada no Egito entre 1849 e 1850, é uma fonte pouco explorada nos estudos tanto sobre a Antiguidade egípcia quanto sobre o século XIX, tornando-se um bom exemplo para se compreender o contexto histórico da época.

FLAUBERT, HISTÓRIA E LITERATURA. DISCUSSÃO TEÓRICA E METODOLÓGICA

É importante, antes de iniciarmos essa discussão contemporânea sobre a relação entre História e Literatura, relatar como essas duas disciplinas eram pensadas no século XIX, recorte cronológico deste livro. Seleccionamos, para descrever essas duas disciplinas, informações que consideramos serem as mais importantes para o nosso livro.

É justamente no século XIX que a História torna-se uma disciplina acadêmica, mas ainda com os resquícios do antiquarismo, criando um movimento em que se procurava, de acordo com Eric Hobsbawm (1977, p. 309), colecionar relíquias do passado, escritas ou não, e que se tornou uma paixão nacional. A viagem realizada por Napoleão Bonaparte ao Egito, por exemplo, durante o ano de 1798 resultou na aquisição de várias peças arqueológicas, as quais compõem, hoje, os acervos de museus franceses.

Entretanto, a História nasce como um gênero literário com a obra *Histórias*, do historiador grego Heródoto, escrita no século V a.C. Preocupado com as causas da guerra entre helenos e o Império Persa, Heródoto realiza uma investigação, a partir de suas observações e de relatos colhidos durante as suas viagens, sobre a cultura e a história dos povos; uma narrativa sobre o presente e o passado através da observação, e não de uma experimentação dos fatos ocorridos, portanto.

Tucídides, outro historiador grego, opõe-se a tentativa de Heró-

doto de justificar a guerra através da cultura, afirmando que as causas da Guerra do Peloponeso estão na origem do conflito e seriam explicadas por si mesmas (FUNARI, 2004). De acordo com Jorge Lozano (1994, p. 12), desde Heródoto e Tucídides, toda uma história antiga se caracterizou pela proximidade temporal ao objeto de investigação histórica, ou seja, uma história em tempo presente, que se viu ou ouviu em um passado recente e que lhe foi narrado.

O que deve ser lembrado aqui é que ambos os historiadores clássicos tomam a história como um gênero literário. Dessa forma, a sua narrativa tem que ser esteticamente atraente, ela “deve convencer pela beleza” (FUNARI, 2004, p. 01), não havendo uma preocupação em citar ou criticar as fontes que eles utilizam, mas sim em criar discursos para as suas personagens que fascinem o leitor.

Apesar desses resquícios, a disciplina desenvolveu novos parâmetros, empregando, como afirma Ciro F. Cardoso (1997, p. 04), na introdução de *Domínios da História*, modelos macro-históricos e teorizantes: voltados para a inteligibilidade, a explicação e a delimitação do irracional, do acaso e do subjetivo. Entre esses modelos está o evolucionismo, o marxismo, o weberianismo e algumas vertentes estruturalistas – todos marcados pela racionalidade e “cientificidade assumida” – abandonando a narrativa literária e se aproximando de uma forma de descrição do passado mais científica.

Durante o período da Restauração na França, segundo Arno Wehling (1973, p. 178-9), a concepção de História oscilava entre o pensamento filosófico (o passado comprovando o postulado e a funcionalidade do processo, como em Vico, Herder ou Hegel), o exercício literário (como ensinaram os manuais da *ars historica*, do tipo de Mably) e o levantamento indiscriminado das fontes (como fizeram os eruditos do Renascimento e do Barroco).

Destacam-se, nesse período, duas escolas historiográficas: o romantismo e o positivismo. A primeira, segundo Benedito Nunes (1985, p. 52), era considerada um movimento cultural, literário e artístico, e teve seu desenvolvimento concomitante ao do capitalismo e das mudanças nas estruturas ocorridas na Europa nos primeiros anos do século XIX, ou seja, entre o Antigo Regime e o liberalismo. Essa corrente destaca-se pela crítica ao iluminismo do século XVIII, tornando-se contra o naturalismo e o universalismo – uma concepção mecanicista do Universo, que permitiu integrar o homem e a Natureza física sob a regência de leis uniformes –, colocando-se em favor da subjetividade e da individualidade histórica (NUNES, 1985, p. 56). De acordo com as palavras de Cardoso (1997), para essa escola é na diferença, e não em princípios universais, que a história se concretiza.

Para Arno Wehling (1973, p. 179), o romantismo seria constituído basicamente de duas vertentes: a ida ao passado como fator emocionalista e a oposição ao racionalismo filosófico, com suas leis e seu direito natural. Já Nunes (1985, p. 69), caracteriza o romantismo como uma busca do sublime ou do exótico, dos recantos solitários que tranquilizam, das paisagens remotas que acendem o desejo da terra paradisíaca, ou de lugares em ruínas, abandonados pelo homem, que despertam a nostalgia da terra perdida. Maussaud Moisés (1995, p. 314) reforça a ideia de que o romantismo tem a característica de concentrar as obras nos aspectos coloridos do mundo e no exótico, opinião também compartilhada por Anthony Levi (1992, p. 512); entretanto, este assinala outro importante elemento do romantismo: o heroísmo em um único indivíduo. Em nosso trabalho é possível perceber que essas ideias do romantismo estão presentes no diário de bordo em análise, em que é recorrente a descrição dos monumentos do Antigo Egito, que nos remete a esse interesse pelo exótico e pelo passado grandioso dessa sociedade na Antiguidade.

J. Guinsburg (1985, p. 14) analisa o romantismo como um fenô-

meno histórico que abandona a visão teológico-judaico-cristã da História (conforme aquela corrente historiográfica do século XVIII, interessada somente em escrever sobre a vida de pessoas ilustres), contribuindo, como disserta Nunes (1985, p. 21), para a efetiva percepção do homem como ser histórico, na *práxis* e no pensamento do século XIX.

De acordo com Moisés (1995, p. 313), o romantismo modificou os padrões humanos, desde os estéticos até os filosóficos, enfatizando o sentimentalismo no lugar da razão. Para Guinsburg (1985, p. 15), o romantismo pode ser considerado como um discurso histórico interpretativo e formativo; as histórias produzem a civilização; são mundos, comunidades nações, raças que têm antes culturas do que civilizações, que secretam uma identidade, não de cada indivíduo, mas do grupo específico, diferenciando de quaisquer outros. E o Estado Nacional francês, que está sendo criado nesse momento, utiliza-se desse discurso, determinando uma identidade homogênea que deveria ser compartilhada por todas as pessoas que habitavam as linhas geográficas que delimitavam a França.

Wehling (1973, p. 177) lembra-nos que para Ranke, a finalidade da História era a de apenas mostrar como realmente aconteceu, assim como Gabriel Monod, fundador da *Revue Historique* (*Revista História*), que compartilha dessa mesma visão ao escrever em 1876:

Graças ao progresso das ciências e de métodos científicos... a crítica de textos, estabelecida sobre os princípios e as classificações verdadeiramente científicas, permite-lhe reconstituir... uma forma assim pouco alterada que torna possível todos os escritos históricos (1976, p. 314-315).

Para que isso fosse possível, segundo Wehling (1973, p. 179), o historiador deveria preocupar-se em abarcar quase todas as formas de expressão científica do século XIX. Entretanto, Wehling critica Ranke

em dois aspectos: em primeiro lugar, apesar de Ranke reconhecer que era impossível negar a subjetividade do historiador no seu ofício, ele próprio não se deixa influenciar pelo seu trabalho, e nem se engaja politicamente em sua época. O segundo ponto criticado remete ao fato de Von Ranke usar somente fontes oficiais em seus estudos, não permitindo que se conheçam as outras origens de um mesmo acontecimento, resultando em uma história estritamente política. Isto é, pensamos que esse autor está se referindo aos historiadores do século XIX, como o próprio Ranke, que estão se remontando superficialmente a uma história do político.

Nessa linha de raciocínio, temos François Dosse (1992, p. 42), que vai ao encontro de Wehling, ao afirmar sua crítica a Ranke em relação à passividade do historiador diante do material com o qual trabalha e também pelo fato de Ranke reduzir a história à coleta de fatos. Desse modo, a falta de posicionamento de Ranke em relação aos acontecimentos cotidianos está de acordo com as premissas do trabalho de pesquisa científica aplicada no século XIX, que seria a busca pela verdade através da observação e do relato dos fatos, e não uma interpretação deles. Mais adiante, será possível detectar como a descrição daquilo que é observado está presente na narrativa de Flaubert.

Wehling ainda afirma que na segunda metade do século XIX desenvolve-se uma outra corrente de pensamento, o evolucionismo historicista, fruto do romantismo, que pressupõe a noção de progresso, um dos traços do historicismo, e também o surgimento do realismo e da ciência, com seus métodos objetivos de investigação. O historicismo concede à História um rigor científico, entretanto traz sérios problemas a essa disciplina, uma vez que a ciência é anti-histórica, pois se preocupa em formular leis e aplicá-las através de experiências, prática não realizada pela História. O historicismo reivindica o caráter de ciência para a História. Há uma incisiva crítica documental, objetivando a verdade histórica. Na França, as conotações político-ideológicas são evidentes,

divididas em duas vertentes: tradicional e progressista.

A segunda escola historiográfica do século XIX foi o positivismo, ou a continuação dos princípios iluministas, iniciado entre os anos de 1830 e 1850, tornando-se hegemônica após 1870. Baseada nos preceitos de Comte e Stuart Mill, o positivismo estava evidentemente preocupado com a produção de uma historiografia mais científica e evolucionista, separando o fato da interpretação. A cronologia, o fato, a lei, a observação, a fonte, os documentos, dominarão, como versa Ginsburg (1985, p. 18), a subsequente historiografia positivista. Dosse (1992, p. 37-38) salienta que a característica do positivismo era a preocupação em submeter as fontes ao aparelho crítico, para estabelecer a veracidade dos fatos relatados, e ao mesmo tempo permanecer bem fechado a toda teoria filosófica, escapando, assim, do subjetivismo latente que está presente no romantismo.

Karl Löwith (1991, p. 74) afirma que para Comte nenhum fenômeno pode ser entendido em termos filosóficos, a menos que o seja primeiro no plano histórico, através de uma demonstração de sua derivação e do seu destino temporal, uma perspectiva histórica que predominou no século XIX. Comte é o responsável pela definição da filosofia social positiva, em que a ordem e o progresso são os aspectos fundamentais e inseparáveis dessa filosofia, além de ser teológica e positiva, pois não se preocupa com o individual, mas com os grupos e as nações, um estudo da humanidade. Comte, segundo as palavras de Löwith (1991, p. 92), centra-se na universalidade da história e a sua continuidade é excessivamente acentuada, à expensas do caráter finito e pessoal da vida humana.

Isto posto, Löwith (1991, p. 77-78) define que o ideal positivista seria explicar todos os fatos através de uma única lei, mas o principal objetivo era a aplicação dos desenvolvimentos das ciências naturais à física social ou à sociologia a bem da reorganização social. Para Condorcet, se-

gundo o próprio Löwith (1991, p. 96), o objeto da História seria mostrar o desenvolvimento das faculdades humanas nas sucessivas sociedades com o fim de exibir a ordem em que as mudanças tiveram lugar. A concepção de filosofia e história da humanidade de Vico também é estudada por Löwith (1991, p. 123), que afirma que essa filosofia é possível em virtude de a 'natureza' do homem e das nações terem relação direta com uma natureza humana histórica, não sujeita a propriedades físicas, mas tornando-se o que é através de uma lei e de um desenvolvimento históricos.

Nesse mesmo período, ou seja, na segunda metade do século XIX, define-se um movimento na literatura contra os preceitos do romantismo, o que seria denominado realismo, com um enfoque objetivo do mundo, substituindo o sentimentalismo pela razão, apresentando uma visão científica e filosófica da realidade, centrando a sua estética e sua exploração no real, proporcionado uma arte comprometida e engajada (MOISÉS, 1995, p. 312). Diante disso, na França, *Madame Bovary*, de Gustave Flaubert, é considerada a obra inaugural dessa corrente literária em 1857. Mencionando, novamente, Levi (1992, p. 515) afirma que o realismo surgiu devido à desilusão com a Revolução de 1848 e com o golpe de estado que levou ao trono Luís Bonaparte em 1851.

Além do positivismo e do romantismo, outras duas escolas historiográficas se desenvolveram na segunda metade do século XIX: o evolucionismo darwinista e o materialismo histórico de Karl Marx e Friedrich Engels. Como se pode perceber, a palavra de ordem era progresso. Segundo Edmund Wilson (2004, p. 29), o romantismo ia ao encontro das ideias científicas e contra as ideias mecanicistas.

Essa interpretação da História realizada pelos positivistas foi criticada no século XX, principalmente pelos historiadores pertencentes à Escola dos Annales. Marc Bloch, um dos fundadores dessa corrente, propõe uma História Cultural, ou seja, uma história de como a sociedade se organiza, e não uma história que somente se preocupa com os aspec-

tos econômicos, políticos ou sociais. Como argumenta Lawrence Stone (1991, p. 19), a desilusão com o modelo determinista econômico acarretou um abandono dessa história científica, havendo uma volta da narrativa histórica, focando o estudo da cultura, das ideias e dos acontecimentos, diferente da história estruturalista, preocupada com as instituições das sociedades. Por outro lado, mesmo com o abandono do positivismo e do darwinismo, o marxismo continuou com o seu modelo econômico, situando o conflito de classes como o motor das transformações sociais.

A História pode dialogar com outras áreas do conhecimento, como, por exemplo, a Antropologia, Sociologia, Psicologia, Geografia, para entender o funcionamento das sociedades no passado. No nosso caso, a leitura da narrativa de bordo de Flaubert evidenciou traços de sua cultura e do período no qual está inserido. Para que esse resultado pudesse ser obtido, houve contribuições de outras áreas acadêmicas — principalmente da Linguística.

Dado o exposto, faz-se necessário, neste momento, dissertar acerca da Literatura. A Literatura apresenta uma ruptura em sua definição no século XVIII. Antes considerada, desde a Antiguidade, como uma disciplina somente ficcional, há no século XIX uma mudança na sua definição, passando a designar, de acordo com Moisés (1995, p. 311), uma atividade que, além de incluir os textos políticos, abrangia todas as expressões escritas, mesmo as científicas e filosóficas produzidas na sociedade. Outro ponto a ser destacado aqui é o fato da mudança no foco da análise das obras de arte, que passaram a levar em consideração o tratamento externo do documento, como a investigação sobre o autor, sua origem social, a escolha de um gênero literário, ou a influência da organização social, política e econômica na suas características discursivas. Anteriormente, as análises centravam-se nos sistemas sociais apenas.

Nicolau Sevcenko (1983, p. 19) afirma que hoje já é notório que, sendo as obras de arte produzidas pelo complexo jogo de relações que

os homens estabelecem entre si e com a realidade, passaram também a ser, a partir do próprio momento da sua constituição, um elemento modelador desse mesmo conjunto de relações. Concordamos com Sevcenko neste ponto, pois percebemos na leitura dos livros escritos por Flaubert a sua percepção daquilo que ele atribui ser realidade com a sua crítica à crença ao cientificismo encontrada em *Bouvard et Pécuchet* (Bouvard e Pécuchet).

Porém, com os preceitos de racionalidade e objetividade enraizados nos postulados da História durante o século XIX de como se produzir um conhecimento do passado, as obras literárias, consideradas o lugar onde o artista poderia fantasiar a realidade, tornam-se impróprias para o estudo da sociedade na qual o escritor se encontra decretando, segundo Antonio Celso Ferreira (1996, p. 35), a separação entre ficção e verdade, ou história e literatura. Devemos lembrar que a preocupação dos homens nesse momento é a busca pela verdade.

A partir dessa breve introdução, o primeiro ponto a ser discutido é como o historiador percebe os acontecimentos sociais e ideológicos nos textos literários. O historiador, nas palavras de Cardoso, ao analisar o documento, “deve sempre atentar... para o modo através do qual se apresenta o conteúdo histórico que se pretende examinar, quer se trate de uma simples informação, quer se trate de ideias” (1997, p. 337).

Para Sevcenko, o importante é pensar se o social é somente um pano de fundo escolhido para o desenrolar da trama literária ou se auxilia na estruturação do livro. A escolha dos temas do texto, para esse autor (1983, p. 21), é proveniente da sociedade e do tempo no qual o escritor está inserido e é destes que eles falam. Antonio Candido, no livro *Literatura e Sociedade* (1980), salienta que somente podemos entender o processo de escrita interpretando em conjunto o texto e o contexto; o social desempenha um certo papel na constituição da estrutura do texto, chamando a atenção para o fato de as obras participarem ou discordarem

desses aspectos comuns da sociedade.

Enquanto isso, David Harlan (2000, p. 21) ressalta que os historiadores devem reconstruir o mundo mental no qual o autor escreveu o seu livro, ou seja, ideologias que o influenciaram no momento da produção do seu enredo, como ele denomina de reconstrução histórica. Seguindo essa linha de raciocínio, Stephen Bann (1994, p. 15) afirma que a historiografia, ao ser autocrítica, atenta para a plasticidade da imaginação histórica e suas várias formas de manifestação. Ele também partilha da opinião dos historiadores antes citados acerca da relação entre texto e contexto, pois reconhecendo e identificando os códigos presentes nas produções literárias, inserimos o artista dentro de determinadas circunstâncias históricas.

No que diz respeito a LaCapra (1989), a leitura das obras literárias aponta para as implicações políticas e históricas dentro da relação entre sociedade e história, uma posição também compartilhada por Cardoso (1997, p. 378). Tal autor chama atenção do historiador para sempre relacionar texto e contexto, em suma, buscar os nexos entre as ideias contidas nos discursos, as formas pelas quais elas se exprimem e o conjunto de determinações extratextuais que presidem a produção, a circulação e o consumo dos discursos. Assim sendo, o historiador deve sempre, sem negligenciar a forma do discurso, relacioná-lo ao social, reconhecendo a complexidade entre o texto e o contexto, o que muitas vezes dificulta perceber onde está a linha que os separa.

Ainda dentro dessa temática, Roger Chartier (2001, p. XII) analisa a responsabilidade de um historiador frente aos textos de literatura, afirmando que se ambos, o historiador e o romancista, compartilham as figuras retóricas e as formas narrativas que permeiam seus textos, o objetivo do historiador é propor um conhecimento adequado das ações realizadas pelos homens do passado. Para o autor, esse conhecimento é capaz de revelar as falsificações que os poderes querem produzir, assim como

de destruir as falsificações que alteram nossa relação com a história.

Segundo Paul Ricoeur (1981, p. 274), a história e a ficção apresentam uma estrutura comum, ou seja, o historiador e o literato ordenam as sentenças de forma parecidas, entretanto, o que deve ser evidenciado é a diferença na maneira como ambos narram os acontecimentos. Burke (1992, p. 340), por seu turno, também compartilha dessas opiniões, pois os historiadores não são livres para inventar os seus personagens ou mesmo as palavras e os pensamentos desses, além de ser improvável que sejam capazes de condensar os problemas de uma época na narrativa, como os romancistas.

É a partir desse debate que a questão da narrativa e do discurso deve ser explorada. Primeiramente, devemos inserir algumas reflexões de autores que conceituam a narrativa, como a de Harlan (2000, p. 18), que afirma que as narrativas são feitas de palavras e começam a gerar leituras múltiplas e sentidos divergentes, ou a do já citado Stone (1991, p. 13), que considera a narrativa como uma organização de materiais numa ordem de sequência cronológica e a concentração de um conteúdo numa única estória coerente, embora possuindo subtramas.

Pensando na concepção de Eni Orlandi (2003, p. 15) sobre o discurso, que expressaria uma ideia de curso, ou de percurso, ou de correr por, ou ainda de movimento; a palavra seria uma prática de linguagem e a literatura poderia, dessa forma, ser vista como uma produção discursiva, ou seja, um discurso que nomeia, transmite, conhece, aparece por inteiro, buscando a reprodução e a fixação de formas regulares dessas categorias. É o que significaria para Pedro Paulo Funari (1995, p. 19): um relato como construção discursiva.

A análise de discurso surge na década de 1960 indagando a maneira como o texto exprime a opinião do autor, havendo o retorno do estudo da literatura como uma produção discursiva, através das teorias da

crítica literária e da filosofia da linguagem, ou seja, de acordo com Orlandi (2003, p. 16), articula-se às Ciências Sociais e à Linguística, a linguagem e a sua exterioridade. Sendo assim, o discurso é um produto da cultura, e a ciência e a arte, antes pensadas no século XIX, como dois polos opostos, estão interligadas no discurso das ciências humanas contemporâneas.

Retornando à posição de Harlan (2000), todo o discurso é político e cultural, havendo uma ação humana intencional. Esse resultado, segundo Orlandi (2003, p. 15), é promovido por uma mediação entre o homem e o seu contexto. O referido discurso concatena uma produção de sentidos (ORLANDI, 2003, p. 43), que está ligada à inter-relação entre discurso, sujeito e ideologia; que por sua vez, resulta em uma formação discursiva, que permite compreender a sua própria estrutura, a maneira como nele a ideologia se mostra, e como a mesma se relaciona com a linguagem.

Mais uma vez, afirmamos que essa formação discursiva é histórica e não podemos separá-la de sua época. Como afirma Lozano (1994, p. 11), cada período estabelece critérios dominantes na constituição do seu discurso histórico. Logo, para Roger Chartier há a necessidade de relacionar o discurso com a posição de quem o profere, percebendo as lutas de poder e dominação que estão presentes na constituição daquele discurso (1990, p. 17).

Entretanto, o poder não está presente somente no discurso; ele também permeia as representações. E é exatamente essa a temática da História Cultural, pensar como a realidade social de uma determinada localidade é criada através dos interesses do grupo dominante. Para Burke (2005, p. 84), a representação tem o poder de modificar a realidade que parece refletir.

Já para Chartier (1990), a representação apresenta três modalidades: o trabalho de classificação; as práticas de se reconhecer uma iden-

tidade social e as formas institucionalizadas que marcam a existência do grupo ou comunidade. As representações não somente classificam as sociedades que criam, mas também promovem a exclusão de alguns aspectos que seriam representados, por meio de práticas políticas, sociais e discursivas. Outro ponto destacado pelo mesmo historiador é a chamada representação coletiva, que se preocupa em conciliar as imagens mentais claras com os esquemas interiorizados, as categorias incorporadas, que as geram e estruturam, uma forma de constituir uma única representação que será compartilhada por uma sociedade (CHARTIER, 1990, p. 19), como o caso das imagens do Oriente que veiculavam no Ocidente desde a Antiguidade.

A identidade perpetua estereótipos, conceitos, estigmas a partir do momento em que ocorre a nomeação, pois esta é um ato de poder, e não uma representação dela, que tira do objeto o que ele significa. A representação de espaço, de acordo com Patrick Gregory (1995, p. 30) está interligada ao poder, como as geografias imaginativas definidas por Edward Said, no seu livro *Orientalismo* (1990).

As imagens do Oriente, comumente presentes nas notas de viagens, permitem que haja a construção de identidades, o que Burke resalta em sua obra *O que é história cultural?* (2005). Nesse caso, podemos observar tal assertiva no discurso produzido no diário de bordo *Viagem ao Egito*, de Gustave Flaubert. Para François Hartog (1999, p. 316), essas notas de viagem são trabalhadas pela alteridade. O objetivo fundamental era o de apontar as diferenças entre o eu e o outro. Tal ideia também é compartilhada por Funari (2004, p. 02), pois para esse historiador criou-se um Oriente completamente oposto ao Ocidente. Percebemos que essa alteridade é um dos alicerces utilizados na construção da identidade francesa, e, como exemplo, temos a própria narrativa de Flaubert que projeta a cultura egípcia na sociedade francesa.

Segundo Hartog (1999), essa construção da imagem do outro se

faz através de diferentes recursos linguísticos: inversão, diferenciação, comparação, analogia e *thôma*, que ele designa como maravilha. O *thôma* pode ser percebido na medida em que havia um deslumbre que o Oriente exercia na sociedade francesa, devido à antiguidade de suas civilizações, pelas suas maravilhas, como no trecho em que Flaubert (1985, p. 59) fala da esfinge: “Seus olhos parecem ainda cheios de vida”; mas, principalmente pela quantidade de cores: “o mar pega as cores fabulosas e sem transição de uma sobre a outra, depois o marrom escuro até o azul límpido” (1986, p. 191).

Outra passagem selecionada aponta para a maneira como a cultura de uma outra civilização, no caso a egípcia, é vista por Flaubert, que pode estar se utilizando da comparação e diferenciação: “Pequeno templo: sobre as pilastras figuras semelhantes à das perucas fixadas sobre os cogumelos de madeira” (1986, p. 128). De acordo com Todorov (1999, p. 153), essas comparações demonstram o desejo de apreender o desconhecido com o auxílio do conhecido, mas também contêm uma distribuição de valores sistemática e reveladora.

A reunião de todos os aspectos mencionados anteriormente resulta na tradução do outro, que apresenta como etapa final, a nomeação, que implica em uma classificação. Esse processo de classificação funciona como um espelho invertido para Hartog (1999, p. 259), pois ao classificar o outro, o indivíduo classifica-se a si mesmo. De acordo com LaCapra (1985, p. 140), a questão fundamental a ser colocada é como compreender e lidar com os graus variáveis de proximidade e distância em relação ao ‘outro’ que está tanto fora quanto dentro de nós.

Seguindo essa linha de raciocínio, percebemos que a construção da identidade francesa, que vem sendo exemplificada nas passagens de Flaubert, dá-se paralelamente com a representação do egípcio. Este movimento inclui-se na esfera do imperialismo, na questão de poder que permeia esta instituição, e na delimitação das características do que defi-

niria a civilização e a barbárie.

De acordo com o pensamento de Todorov (1999, p. 156), podemos pensar que os egípcios são sujeitos, mas sujeitos reduzidos ao papel de produtores de objetos cujo desempenho é admirado, mas com uma admiração que em vez de apagá-la, marca a distância que os separa do ocidental. Siân Jones (2005, p. 33) afirma que a construção ativa de identidade está imbuída na negociação dos interesses econômicos e políticos ou o que pode ser amplamente denominado relações de poder. O Oriente passa a ser capturado, criado através dos estudos de etnologia, arqueologia, antropologia e filologia, todas essas carreiras impulsionadas pela expansão das ciências no período estudado neste livro. Assim, é levando em consideração essa discussão sobre alteridade, construção do outro e de si mesmo que procuraremos analisar a obra *Viagem ao Egito*.

Como podemos perceber, essa discussão acerca do uso da literatura como fonte histórica está na intersecção entre a narrativa histórica e a literária, a ciência e as artes e a ficção ou a realidade. Peter Gay (1990, p. 167) afirma na conclusão de *O estilo na história* que a arte e a ciência não se separam nitidamente; compartilham uma longa fronteira cheia de meandros, que é atravessada pelo trânsito erudito e literário sem grandes impedimentos nem muitas formalidades. Não pretendemos afirmar que o enredo literário seja um espelho da realidade que ela se propõe a descrever; há uma preocupação em considerar a fantasia, a ficção, e a imaginação do autor, que remodela a realidade de maneira a se encaixar melhor na história a ser contada.

Todavia, concordamos com Candido (1980, p. 16) quando este afirma que o fato social é invocado para explicar a estrutura da documento e o seu teor de ideias, fornecendo elementos para determinar a sua validade e o seu efeito sobre nós; ou seja, os fatores sociais, que aparecem sob a ótica do autor, estão na estrutura da obra, e esta pode produzir mudanças na concepção de mundo do leitor, uma vez que ambos interagem,

modificando um ao outro pelo fato de não serem estruturas passíveis, fixas ou homogêneas. As produções artísticas necessitam de um indivíduo para executá-las, mas os seus pressupostos e suas expectativas com a obra podem convergir para as aspirações da sociedade, tornando-se uma arte coletiva.

Dessa maneira, há um intercâmbio entre a história e a literatura, pois os historiadores, através das escolhas que fazem, podem estudar a sociedade a partir dos textos literários, pois elas utilizam os fatos históricos para criar os cenários ideais às suas narrativas. A partir dessas considerações, Sevcenko (1983, p. 246) versa que a criação literária revela todo o seu potencial como documento, atentando para o contexto mais adequado para a interpretação dessa obra de arte. Por um lado, as narrativas literárias contribuem para a produção de uma interpretação do passado, pois a literatura fornece novos elementos que auxiliam na apreensão e descrição do mundo e, por outro, para pensar na maneira como devemos narrar a História, empreendendo, segundo as palavras de Kramer (2001, p. 172), nossas próprias concepções e perspectivas acerca dos acontecimentos.

TRATAMENTO DA FONTE

A preocupação neste momento será em mostrar o cenário histórico-literário que permeava a produção da narrativa *Viagem ao Egito* no momento em que Gustave Flaubert a escreveu, destacando o que, de algum modo, o influenciou, a maneira como ele apreendeu o Antigo Egito no seu diário de bordo, escrito entre outubro de 1849 e julho de 1850.

Antes de iniciarmos a apresentação de Flaubert, faz-se necessário esboçar um breve panorama do Romantismo, uma das escolas literárias do século XIX, à qual encontramos referências em suas obras. Nesse período, as artes apresentam um grande florescimento artístico e, na litera-

tura, o romance teve um excepcional desenvolvimento. Surge perto do ano 1800, na primeira metade do século XIX, e torna-se um estilo, para Hobsbawm (1977, p. 280), com uma tendência militante e consciente das artes, expressando as ideias de consciência nacional e movimentos de libertação. Renato Ortiz (1991) concorda com as palavras de Sartre, quando este diz que a literatura no século XVIII era política, mas no século XIX ela se torna ideológica.

Não foi somente na literatura que essas ideias estavam expressas, mas também na música e nas artes plásticas, mas não se equiparavam à grande circulação da literatura na sociedade, principalmente a prosa. O romance manteve o seu destaque, antes limitado à Inglaterra e França, e depois também na Rússia, procurando apreender os eventos de uma sociedade. Hobsbawm (1977, p. 287) também sublinha a busca do Romantismo pelos mais antigos mistérios e fontes da sabedoria do Oriente: os reinos românticos, mas também conservadores, de Kublai Khan ou dos brâmanes.

GUSTAVE FLAUBERT E SUA OBRA

O romancista Gustave Flaubert, autor do livro escolhida como fonte para análise, nasceu em 12 de dezembro de 1821, ano esse inserido dentro do período da Restauração, em Rouen. Era filho de um cirurgião de renome e pertencia a uma família, ao que parece, burguesa da região da Baixa-Normandia. Aos 20 anos, decide estudar Direito (1841-1843) em Paris e, ao que tudo indica, devido a crises nervosas, abandona o curso e retorna à sua cidade natal. Segundo Guy de Maupassant (1850-1893), Flaubert passava os seus solitários dias dedicando-se à lenta elaboração de seus manuscritos no escritório de sua propriedade na cidade de Croisset, localizada perto de Rouen, de cujas janelas poderia ser observado o Rio Sena.

Imagem 2: Gabinete de Flaubert à Croisset, por Caroline Commanville. Centre Flaubert. Université de Rouen.



Fonte: <http://flaubert.univ-rouen.fr/>

Deixava poucas vezes a sua propriedade para encontrar-se com os amigos, nas tardes de domingo, em um pequeno apartamento em Saint-Honoré, demonstrando participar de uma rede de sociabilidade: Ernest Chevalier (1820-1887), Alfred Le Poittevin (1816 - 1848), Louis Bouilhet (1821-1869), Máxime du Camp (1822-1894), que o acompanhou em sua viagem ao Egito, o já citado Guy de Maupassant (1850-1893), Ivan Tourgueneff (1818-1883), Théophile Gautier (1811-1872), Georges Feydeau (1862-1921), Charles Augustin Sainte-Beuve (1804-1869), Charles Baudelaire (1821-1867), Edmond de Goncourt (1822-1896), Leconte de Lisle (1818-1894), Alexandre Dumas Filho (1824-1895), Victor Hugo (1802-1885), Alphonse Daudet (1840-1897), Émile Zola (1840-1902), Jules Lemaitre (1853-1914), Hippolyte Taine (1828-1893), Ernest Renan (1823-1892), Edmond About (1828-1885) e George Sand (1804-1876), pseudônimo usado pela Baronesa Dudevant. As conversas e trocas

de ideias que ali ocorreram influenciaram de alguma maneira as obras de Flaubert, como por exemplo, o poeta Bouilhet, no tocante ao interesse pelo teatro, e Vitor Hugo e Renan como autores prestigiados por ele.

Dentre as suas publicações mais conhecidas, cito a primeira versão de *La tentation de Saint Antoine* (A tentação de Santo Antônio, 1849), inspirada em um quadro do pintor flamengo Jan Brueghel, “o Velho”.

Imagem 3: Tentação de Santo Antônio, por Pieter Bruegel, o Velho (1526/1530–1569) - The Yorck Project: 10.000 Meisterwerke der Malerei. DVD-ROM, 2002. ISBN 3936122202. Distributed by DIRECTMEDIA Publishing GmbH., Domaine public.



Fonte: <https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=148465>

Inicia sua viagem ao Oriente em 1849, lugar onde se encontram “países de religiões e vasta cultura”, retornando em 1851. Segundo Eric Hobsbawm (1977, p. 289), essa busca romântica levou exploradores até os grandes desertos da Arábia e do norte da África, entre os guerreiros e as odaliscas. A primeira obra do literato a ser publicada é *Madame Bovary*,

em 1857, a qual obteve grande repercussão na sociedade francesa devido ao adultério cometido pela protagonista, Emma Bovary. Por causa da repercussão da publicação, o autor francês foi processado por ofender os preceitos da moral e da religião; Flaubert, em sua defesa, afirma: *'Madame Bovary sou eu'* (1936, p. 05).

Salammô, lançado em 1862, apresenta ao leitor elementos da antiga cidade de Cartago, que foram colhidos na sua viagem ao sítio arqueológico, localizado no norte da África. Nessa obra, de grande sucesso, têm-se como principais personagens, o liberto Spendius, Mathô, que se apaixona pela filha do general Hamilcar, e Salammô, a personagem que dá nome ao livro.

Flaubert publicou outros livros, como *L'Education sentimentale* (A educação sentimental, 1869), a segunda versão de *La tentation de Saint Antoine* (1874) e *Trois Contes* (Três Contos, 1877), apresentando três histórias escritas em estilos diferentes: *Un cœur simple* (Um coração simples), representando o realismo; *Saint Julien l'hospitalier* (Santo Julian o hospitaleiro), um conto medieval, e *Hérodias*, seguindo o estilo bíblico. Em 1880, ano de sua morte, inicia a redação da sua última obra, *Bouvard et Pécuchet*, em que critica a verdade vinculada de forma incontestável à ciência durante o século XIX e que será lançada postumamente em 1881. Outro volume lançado após a sua morte é a fonte desse trabalho, *Voyage en Égypte*, que somente foi editada em 1910.

O que podemos perceber, a partir da leitura desses livros, é que elas têm um conteúdo de ordem moral ou política, não havendo uma preocupação com a idealização de um herói nacional. Outro ponto importante a ser destacado é o fato de Flaubert, um escritor erudito, não escrever nos folhetins, tão comuns da época. Isso indica que o seu público pertencia às classes mais abastadas e letradas da sociedade francesa do século XIX. Embora Flaubert integre as camadas burguesas, os seus textos são produtos da cultura da época, e também podem expressar ideias

de outros grupos sociais.

Considera-se este ponto do livro um momento oportuno para se falar um pouco sobre a questão do intelectual, e de como ele é influenciado pelas ideias correntes na sociedade, pois está inserido nela e não posicionado fora de seu tempo, ou seja, Flaubert, ao viajar para o Egito, carrega uma bagagem cultural do século XIX que pode ser percebida na análise de sua obra. Contudo, como afirma Said (2005, p. 31), suas convicções ou filiações partidárias, ideológicas ou nacionalistas não devem calá-lo diante das injustiças cometidas pelos grupos no poder. O papel do intelectual é justamente de contestar essas práticas ou discursos abusivos cometidos contra os indivíduos que compõe as sociedades, de forma explícita, seja ela oral ou escrita. O intuito, para esse autor, é o de polemizar, embarçar esses grupos opressores, promovendo a liberdade humana e o conhecimento. É nesse posicionamento, frente às práticas dos poderes, que o intelectual deve atuar.

Flaubert não apresenta ter ambições políticas de um revolucionário ou burocrata; não era um funcionário do governo nem pertencia a uma empresa ou corporação que partilhassem de uma opinião comum. Entretanto, esse escritor – que exercia uma profissão que apresentava certo prestígio dentro da sociedade francesa – em seu entender, somente observava os orientais, não havendo uma efetiva interação entre o eu e o outro, evidenciando o distanciamento que havia entre o Ocidente e o Oriente – o que Said, no livro *Cultura e Imperialismo* (1995), intitula de posição soberana do discurso Ocidental.

Esta afirmação não descarta as trocas culturais que ocorrem quando há um encontro sistemático entre duas culturas distintas. Na visão do Orientalismo do século XIX, não há a possibilidade de troca de conhecimentos entre o objeto de estudo e o cientista, pois a intenção em estudar a região oriental era para justificar o discurso hegemônico de dominação.

De acordo com Hobsbawm (1996, p. 401), o discurso normativo normalmente implicava uma consciência social crítica da sociedade burguesa, como Courbet na pintura, Zola e Flaubert na literatura. A expressão da subjetividade do autor está relacionada com o contexto no qual ele está inserido, como nas obras de Flaubert, que apresentava uma postura ímpar em relação ao Orientalismo, que será definido no segundo capítulo. Nesse caso, ao relacionarmos a história, a literatura e a sociedade, entendemos o papel desse escritor na sociedade francesa do século XIX.

A partir da leitura de *Salammbô*, podemos perceber os processos históricos em curso no século XIX, observando realidades políticas que marcaram tanto os estudos acadêmicos quanto a sociedade, como a analogia encontrada entre Inglaterra e Cartago, em uma referência à posição que a Inglaterra estava assumindo frente à revolta na Índia, ocorrida entre o anos de 1839 a 1842.

A trama de *A Educação Sentimental* (1869) para Hobsbawm (1996, p. 409) é a esperança nos corações dos jovens da década de 1840 e de seu duplo desapontamento pela própria revolução de 1848 e pela era subsequente, na qual a burguesia triunfou a preço de abandonar até mesmo os ideais da revolução que fizera, 'liberdade, igualdade e fraternidade'. Em certo sentido, o romantismo de 1830-1848 era a principal vítima dessa desilusão.

É difícil inserir Flaubert, a partir de suas publicações, dentro de uma determinada escola literária. Segundo Edmund Wilson (2004, p. 117), Flaubert compartilhara com os românticos esse apetite pelo suntuoso e indomado, presente nas obras *Salammbô* e *A tentação de Santo Antônio*, mas que se obrigava, também, a enfrentar o mundo real do século XIX, encontrado em *Madame Bovary*, *A Educação Sentimental* e *Bouvard e Pécuchet*. Guy de Maupassant (1990, p. 10) afirma que ele era um realista, diferente de Henry James (1996, p. 31), que o considera o romancista dos romancistas.

A primeira obra de Flaubert, *Madame Bovary*, é descrita por Hobsbawm (1977, p. 284) como uma busca pelos extremos, gosto por coisas normalmente censuradas pelos respeitáveis padrões e instituições da época. Para James (1996, p. 20), o enredo foi escrito mesclando as características do romantismo e do realismo: é no pano de fundo e nos acessórios que o real está presente; e o romântico, conseqüentemente, ocupa o primeiro plano.

Segundo Wilson (2004, p. 36), ao se escrever uma história literária, deve-se atentar para o fato de que um grupo de métodos e ideias não é de todo suplantado por outro; bem ao contrário, prospera-lhe à sombra. Para Todorov (2001), o gênero literário é redefinido em cada contexto histórico, ele não será o mesmo em todas as épocas; cada período literário apresenta um estilo característico, não havendo um desaparecimento repentino de um estilo e surgimento de outro, mas sim novas significações, em que há a aceitação de algumas formas anteriores e a rejeição de outras.

Pierre Bourdieu (1996, p. 113), por sua vez, afirma que Flaubert, como se sabe, dizia ter escrito *Madame Bovary* 'por ódio ao realismo', aquele realismo que tentava representar, descrever os fatos, imagens, ideias, sentimentos e paixões de forma precisa. Assim sendo, no que se refere a Flaubert, o fato em si não significa nada; basta ler com inteligência *Madame Bovary* para compreender que nada está mais longe do realismo, escreve Maupassant (1990, p. 33) acerca do caráter literário da obra.

A crítica que Maupassant faz às escolas literárias é pertinente neste estudo. Tentar fixar um literato em uma determinada escola é para ele (1990, p. 111), forçá-lo a modificar o seu temperamento, recusar a sua originalidade, não lhe permitir servir-se dos olhos e da inteligência que a natureza lhe deu. Desse modo, para Jonathan Strauss (2002, p. 831), a identidade de um autor não é fácil de determinar. René Dumesnil (1947, p. 311), no seu livro *Gustave Flaubert*, afirma que não podemos reduzir

Flaubert aos seus elementos românticos nem aos seus elementos realistas, pois acabaríamos criando um monstro duplo.

Embora tenhamos demonstrado a discussão em torno do gênero literário, a nossa preocupação neste trabalho não é a de determinar se Flaubert faz parte do realismo ou do romantismo, mas mapear em *Viagem ao Egito* as representações que ele faz do Antigo Egito. Enfim, estamos nos referindo à subjetividade presente em seu diário de bordo dentro do discurso imperialista da época. Entretanto, antes de adentrarmos na análise desse documento, é necessária a interpretação de alguns conceitos que podem nos auxiliar na compreensão da relação entre texto e contexto, o tema abordado no próximo capítulo.

CAPÍTULO II

PRECEDENTES PARA A COMPREENSÃO DA NARRATIVA DE VIAGEM DE GUSTAVE FLAUBERT NO CONTEXTO ORIENTALISTA

*“(...) cada um de nós cria para si simplesmente
uma ilusão do mundo (...)”*

(MAUPASSANT, 1990, p. 116-117)

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Essa epígrafe, escrita por Guy de Maupassant, pode ser aplicada ao que aconteceu na Europa, mais especificamente nos países França e Inglaterra, durante o século XIX. Essa *ilusão do mundo* a qual Maupassant se refere no epíteto supracitado foi planejada e executada pelos Impérios europeus através de seus exércitos, sua força, mas também pela representação e discursos que realizavam sobre as áreas que seriam dominadas na África e no Extremo Oriente. E é nesse momento que o Orientalismo, tema muito trabalhado por Edward Said, torna-se uma carreira acadêmica, com estudiosos lançando-se ao Leste com o intuito de mapeá-lo, para que, dessa forma, possa desempenhar o papel de antagonista no momento da elaboração da ideia de estados nacionais e da identidade do europeu.

Sendo nosso objetivo neste livro analisar as representações realizadas sobre o Antigo Egito na obra *Viagem ao Egito* do romancista francês Gustave Flaubert (1821-1881), faz-se necessário trabalhar a relação texto e contexto, destacando e interpretando o cenário orientalista e imperialista da época e, ao mesmo tempo, evidenciar como as relações entre ambos, juntamente com os movimentos nacionalistas, projetaram

e influenciaram de maneira direta a construção da identidade francesa. Devemos enfatizar que essa construção da identidade francesa não ocorreu de forma pacífica e submissa, mas que houve uma resistência por parte dos grupos que divergiam dessa política de apagar as diversidades em prol de uma identidade homogênea.

SOBRE CULTURA, IMPERIALISMO, IDENTIDADE E NACIONALISMO

Ao nos debruçarmos sobre o diário de bordo de Flaubert, achamos necessário explorar os conceitos de cultura, imperialismo, identidade e nacionalismo, pois são sugeridos a partir da própria leitura do diário de bordo. Essa questão nos remete ao que foi discutido no capítulo anterior referente à relação entre o texto escrito e o contexto no qual ele foi produzido.

Para tanto, pensamos em iniciar essa discussão pelos conceitos de colonialismo e imperialismo – que aparecem de forma indireta na obra de Flaubert – que foram esboçados no final do século XIX, e continuaram sendo teorizados no século XX. Escolhemos os autores Vladimir Lênin (1870-1924), Hannah Arendt (1906-1975), René Rémond (1918-2007) e Edward Said (1935-2003) porque eles analisam esses conceitos por prismas diferentes, devido às novas concepções por eles construídas e que estão relacionadas com o momento no qual estão inseridos, apontando para as mudanças nas abordagens desses temas.

Assim sendo, um dos primeiros autores conhecidos a versar sobre os conceitos de imperialismo e colonialismo foi Lênin, que escreveu em 1916 – presenciando, portanto, os acontecimentos da Primeira Guerra Mundial – sobre a importância das características econômicas do imperialismo. Segundo esse autor, na fase pré-monopolista do capitalismo, datado por ele entre 1860 e 1880, as potências europeias busca-

vam anexar novas regiões ainda não colonizadas na África e na Ásia. Já o imperialismo foi o resultado da próxima fase do capitalismo, o estágio monopolista, que agravou as lutas pela partilha do mundo, acarretando a Primeira Guerra Mundial; guerra esta imperialista, que buscava a partilha das colônias conquistadas durante o século XIX (1974, p. 103). Para ele, essas guerras imperialistas continuarão a existir enquanto os meios de produção forem controlados pela propriedade privada, sendo perceptíveis em seu pensamento as influências das publicações marxistas realizados no período oitocentista. Portanto, podemos deduzir que no momento em que ele escreve, não há uma distinção mais delimitada entre colonialismo e imperialismo.

Ressaltamos que após essas conclusões de Lênin sobre o movimento imperialista, uma vasta historiografia sobre o tema foi publicada durante o século XX. Um desses trabalhos é o de Hanna Arendt. No livro *as Origens do totalitarismo*, escrito em 1950, ela discute o tema do imperialismo através do viés político e econômico, caracterizando-o como oriundo do colonialismo e nascido pela incompatibilidade do sistema de Estados nacionais com o desenvolvimento industrial que estava ocorrendo na Europa (1976, p. 07). Como argumentou essa autora, a expansão do território está inserida na ideia política central do imperialismo (1958, p. 125), e para que essa expansão pudesse ocorrer nas regiões desejadas, muitas vezes, lutas e interesses eram manipulados para se tornarem objetivos nacionais dessas regiões. Dessa forma, havia a intervenção da metrópole e a conquista dessa área, proporcionando o aumento do poder dos países conquistadores.

Outro autor que avaliamos interessante inserir nesse debate é René Rémond (1981, p. 190), que apresenta uma visão política e social do imperialismo, correspondendo aos avanços historiográficos de sua época. Ele ressalta a questão de que a expansão colonial dos países europeus se dava em razão da necessidade de encontrar matéria prima e au-

mentar o mercado externo para as manufaturas produzidas pelas indústrias europeias, principalmente as britânicas, que operavam em ritmo acelerado no século XIX. Para Rémond, somente podemos falar de imperialismo a partir dos anos de 1875 e 1880, pois foi naquele momento que se iniciaram os confrontos armados entre as metrópoles pela disputa do controle político e econômico das colônias. Esses autores concordam no tocante à datação do imperialismo, referente ao último terço do século XIX, e sobre a necessidade das sociedades europeias em expandir seu território para as fronteiras além-mar. A busca por novos mercados e regiões produtoras de matérias-primas caracteriza esses movimentos como resultados de processos econômicos e políticos que estavam em curso na Europa.

Em contrapartida, Edward Said define o imperialismo como as ações, a teoria e a prática da metrópole governando um território distante, controlando terras que pertencem a outros povos, e o colonialismo quase sempre como resultado do imperialismo, que seria a implantação de colônias nessas terras distantes. Ele continua argumentando que a manutenção da conquista imperialista ocorria não somente pela força ou violência, mas muitas vezes por um domínio ideológico, em que os impérios afirmavam que essas regiões invadidas “**precisam** e imploram pela dominação” (1995, p. 40; grifo do autor). Esse encontro proporciona uma experiência cultural oriunda da relação entre colonizadores e colonizados, é por esse motivo que Said determina que devemos falar em territórios que se sobrepõem, em histórias que se entrelaçam (1995, p. 98).

Isto posto, identifica-se que o movimento de constituição da nação moderna francesa e da sua identidade inicia-se no final do século XVIII, resultado das ideias que estavam presentes na sociedade desde a Revolução de 1789. A Revolução Francesa influenciou na formação de regimes políticos e da ideologia do século XIX. Noberto Bobbio (1986, p.

585) afirma que a ideologia pode apresentar dois significados: o primeiro designa um conjunto de ideias e de valores respeitantes à ordem pública, tendo como função orientar os comportamentos políticos coletivos. Já o segundo difere complementarmente do primeiro, pois, tendo origem no conceito de Marx, é entendido como falsa consciência das relações de domínio entre as classes.

Esse século passou a ser denominado como o século das revoluções por autores como René Rémond (1981) e Eric Hobsbawm (1977). Entretanto, Rémond (1981, p. 13) ressalta que apesar das marcas deixadas pela Revolução Francesa, não podemos afirmar que as revoluções posteriores ocorridas no século XIX são repetições daquela.

A Europa e o mundo observaram a expansão colonial e os “choques revolucionários” (RÉMOND, 1981, p. 13), que buscavam a liberdade e a independência de outros países. As mudanças mais visíveis após a Revolução Francesa foram a reformulação no mapa da Europa com novas anexações e novas decisões institucionais como o denominado fim do feudalismo. Rémond (1981, p. 153) afirma que a Revolução Francesa suscitou o nacionalismo moderno, devido a três fatores: a influência de suas ideias, a independência e a unidade nacional – o exemplo dado pelos revolucionários contra o Antigo Regime – e o desencadeamento de ações em toda a Europa, uma forma de despertar o sentimento nacional.

A preocupação após a instauração do novo governo era a fundação de uma nação francesa não através da imposição vinda de um Estado coercitivo, de acordo com Renato Ortiz (1991, p. 38-39), mas por um pacto de transferência dos direitos e deveres dos cidadãos para as mãos de representantes legitimados pelo voto. Estes seriam responsáveis pela criação e aplicação das leis que regeriam o Estado, ou seja, com o intuito de, segundo as palavras do autor citado, romper “com as marcas mais recônditas do passado” (ORTIZ, 1991, p. 190). Para isso, havia a neces-

sidade da formação de uma memória nacional, que não poderia ser específica e nem limitada à experiência de um único grupo social; ela teria que ser produzida pela história social e circundar o campo da ideologia e do poder. É nesse momento que as festas nacionais são instituídas para despertar na população esse sentimento de pertencimento à nação francesa, como exemplo a festa de 14 de julho. Nas palavras de Jacques Le Goff (2003, p. 458), essas datas comemorativas eram importantes tanto para os revolucionários, que as usavam para que a população não se esquecesse das lutas durante a Revolução Francesa, como para os grupos que estão no poder, que se apropriam dessas datas para obter o apoio popular. Além dessas festas, são lançados selos, monumentos, moedas e placas para a consolidação da memória nacional francesa.

Não somente as festas, mas a escola também foi um instrumento de formação de uma memória coletiva, responsável tanto pela universalização da língua nacional, o francês, como também pela disseminação de uma cultura nacional, em detrimento das culturas tradicionais de cada região, a qual unificasse o Estado francês. Esse seria o projeto de nação, com o objetivo de homogeneização da sociedade. O projeto posto em prática, entretanto, encontrou resistências, pois não podemos desconsiderar o caráter plural na formação da sociedade francesa.

Segundo Rémond (1981, p. 156), a língua constitui, assim, um dos pontos de apoio do sentimento nacional, como também a religião e a história. A noção de história que estamos utilizando, já discutida no primeiro capítulo, desde sua abordagem como disciplina científica no século XIX, desempenhou o “papel de legitimação histórica da cultura europeia ocidental” (SILVA, 2007, p. 25), tornando-se uma ferramenta para o movimento de construção do Estado Nacional francês.

Nesse sentido, podemos considerar que a História Antiga se tornou um artifício para justificar essa nova constituição nacionalista que atualmente se tornou uma nova linha de pesquisa dentro da História,

elucidando a interface entre o presente e o passado. Tal é a nossa tentativa ao trabalhar com o diário de bordo, ao verificarmos, em nossa leitura, a utilização do passado egípcio para a legitimação da unidade política francesa e de sua busca por uma única identidade.

Percebe-se que existem várias teorias sobre o conceito de nacionalismo. Uma delas é definida por Brian Jenkins (1990, p. 01), que inicia o seu livro *Nacionalism in France: Class and nation since 1789* (Nacionalismo na França: classe e nação desde 1789), versando sobre como a ideia de nacionalismo foi usada em diferentes contextos ao longo do século XIX, principalmente nos movimentos de independência e estabelecimento de estados nacionais (*nation state*), e de ideologias que garantissem uma integração interna.

O autor comenta duas correntes que conceituam o nacionalismo, sendo ambas contra os preceitos do Antigo Regime na França. A primeira vincula-se às teorias de pensadores liberais, ou seja, para eles, esse processo de formação da nação é concebido largamente em termos culturais, aproximando-se conceitos de etnicidade, unidade linguística, experiências históricas coletivas e comunidade de destino. A segunda é proveniente do pensamento marxista e tem se inclinado a ver a emergência de estados nacionais em termos de mudança de modos de produção, mais especificamente, a ascensão da burguesia europeia; pensamento esse que influenciou as obras escritas por Lênin no início do século XX.

De acordo com Jenkins, ambas as teorias são “fundamentalmente deterministas” (1990, p. 02), pois tanto o processo cultural quanto o econômico acabam produzindo nações, afirmando que as fronteiras entre os países não são processos naturais. Em sua opinião, apesar da complexidade em definir a história do nacionalismo com base no desenvolvimento social, político e econômico da França, ele assegura que o nacionalismo é primeiramente um fenômeno político e caracterizado pela diversidade, pois apresenta perspectivas diferentes quando utilizado

por camadas sociais e posições políticas distintas. Como o próprio autor comentou, não se pode falar de nacionalismo, mas sim de nacionalismos, devido à diversidade cultural dentro da sociedade francesa.

No tocante às ideias de Rémond, buscam-se novos elementos para se entender o nacionalismo, oriundos de quatro sistemas políticos que mudaram as práticas sociais durante o século XIX na França: o liberalismo, que apoiava um governo comandado pelas elites, a democracia, que lutava pelo sufrágio universal, a escola socialista, que defendia a revolução operária, e a ideia nacional. Esse nacionalismo, segundo o autor (1981, p. 149), não poderia ser usado no século XIX, uma vez que essa denominação, na qual, hoje, pensamos espontaneamente, é um anacronismo para os cidadãos franceses da época, os quais preferem usá-lo no sentido de uma doutrina política dentro das fronteiras dos países a aplicá-lo ao movimento das nacionalidades; diferenciando-se completamente da opinião defendida por Jenkins.

Rémond recomenda, nesse caso, para substituir o termo nacionalismo, o uso das expressões ideia nacional, sentimento nacional e movimento das nacionalidades. Ainda, de acordo com Rémond, no século XIX, o renascer do sentimento nacional foi obra de intelectuais, pois eles recuperaram as línguas nacionais, procurando um passado coletivo, despertando na população local a ideia de pertencimento a uma certa nacionalidade, sendo a escola o centro das lutas nacionais, tornando o nacionalismo “um fato de cultura” (RÉMOND, 1981, p. 150). Acreditamos que esse projeto de nacionalidade não levou em conta as diferentes identidades que habitavam o mesmo território. No momento em que se busca uma única nação, que se constitui de uma língua, uma história nacional, um passado comum, as divergências devem ser apagadas, e muitos grupos sociais se sentem marginalizados, o que gera conflitos e insatisfações dentro do estado francês.

Ampliando essas visões expostas até esse momento, mais uma vez

ressaltamos que nos últimos anos desenvolveu--se uma nova corrente de estudos na história antiga que busca ampliar a questão cultural e a formação da identidade nacional através dos usos do passado. Laurent Olivier (2003, p. 38) pondera que a descoberta do continente americano nos séculos XVI e XVII e o achado de vestígios arqueológicos de outras sociedades pré-clássicas transformaram as bases informacionais sobre como a identidade europeia havia sido construída até o século XVIII. O problema resultante dessas descobertas relacionava-se à questão de como juntar em uma mesma história universal do homem os ‘selvagens’ e os europeus.

A resposta encontrada foi a de mostrar, através da análise da cultura material encontrada tanto na América como na Europa, que os ameríndios se encontravam em uma escala evolutiva anterior àquela europeia, ou seja, que essas populações primitivas conservariam as marcas das origens do homem moderno. É dessa maneira que a arqueologia auxilia a construção de uma identidade europeia e torna-se um aparato científico das origens da Nação, havendo a transição dos gabinetes de curiosidade para o que podemos chamar de os primeiros gabinetes de Antiguidades.

No século XIX, a arqueologia torna-se um instrumento de legitimação para os grupos que estão no poder, servindo às questões políticas do Estado (SILVA, 2007, p. 45). Como os textos escritos oficiais, nessa época, são considerados fontes inquestionáveis das sociedades antigas, a arqueologia era usada para comprovar esses documentos, determinando, através da cultura material, a identidade do povo que habitou a região e, dessa forma, contribuía para garantir a unidade nacional.

Contudo, essa continuidade do passado histórico, proporcionada pela manipulação da arqueologia, propicia, segundo Glaydson Silva, que identidades sejam forjadas, devido à sensação de continuidade. Isso acarreta, para esse autor, que memórias sejam “(re)construídas” e “passa-

dos inventados” (2003, p. 93) com o intuito de se criar uma identidade comum dentro de um estado nacional.

Outro ponto a ser considerado nessa questão de identidade é o que afirma Siân Jones de que a identidade não é uma instituição homogênea e monolítica, como também suas práticas e expressões (2003, p. 34). E, como comentou a autora, a identidade está inserida dentro das relações de poder, ou seja, na esfera econômica e política de uma sociedade (2003, p. 33).

Um comentário importante a ser ressaltado é o fato de que esses autores aqui discutidos constituem os seus pensamentos e análises da cultura, do imperialismo, da identidade e do nacionalismo a partir das ideias presentes no contexto social e político em que estavam vivendo. Nosso intuito nesse item foi apontar para os diferentes pontos de vista acerca de práticas e políticas desenvolvidas durante o século XIX, e que aparecem quando se analisa internamente a narrativa de bordo de Flaubert.

Impulsionada pelo desenvolvimento da arqueologia, a constituição da identidade moderna francesa ocorre através das representações culturais. É nesse contexto que se dá a representação europeia do outro. Nesse sentido, concordamos com Said (1995, p. 57) quando ele afirma que a representação tem o poder de modificar a realidade que parece refletir e é por essa razão que o imperialismo, como narrativa, monopolizou grande parte do sistema de representação. Essa representação tornou-se uma ferramenta de dominação cultural, tendo como pressupostos o conhecimento e o poder. É nesse momento, em que estamos dissertando sobre a problemática da representação, que podemos nos remeter ao Orientalismo.

O Orientalismo, para Said (1990, p. 52), nasce da aproximação com o Oriente, criando uma relação de poder, força e dominação, ou seja, ele se torna uma força cultural, resultado do conhecimento produ-

zido sobre o Oriente, e que é reforçado pela dominação – muitas vezes militar – exercida no Leste, redundando para essa região coerções e limitações ao pensamento. Não obstante, apesar da clareza de Said ao expor o seu raciocínio, insistimos em dizer que embora tenha ocorrido um plano de dominação cultural nas regiões orientais, acreditamos que houve resistência tanto contra a invasão quanto contra essa dominação cultural dos supostos dominados.

O Oriente passa a ser, segundo Bryan Turner (2000, p. 03) – crítico do livro *Orientalismo*, de Said – construído na ideologia ocidental como um permanente e duradouro objeto de conhecimento em oposição ao Ocidente, que seria seu negativo e alternativo polo. O Oriente é reiterado, representado e reproduzido a todo tempo e é um espaço para essas forças ideológicas.

Através de outra via de análise, Todorov (1999, p. 157) comenta que se a compreensão não for acompanhada de um reconhecimento pleno do outro como sujeito, então essa compreensão corre o risco de ser utilizada com vistas à exploração, ao ‘tomar’ e o saber será subordinado ao poder. Apesar de esses autores divergirem em alguns pontos, destacamos que Turner, Said e Todorov são unânimes a respeito de que a representação é circundada pelo poder daqueles que a criam, servindo aos seus propósitos, que, no caso da relação entre Europa e Oriente, incluíam a dominação de regiões desejadas, justificando, dessa forma, as ações e os discursos perante aquele que seria representado.

O ORIENTALISMO

Neste momento, julgamos necessário fazer algumas considerações acerca do Orientalismo. Edward Said, um dos mais recentes estudiosos do orientalismo, em seu livro *Orientalismo* (1990), pensa em vários conceitos para o termo. O primeiro seria acadêmico, quem leciona

ou pesquisa o Oriente é um orientalista. O orientalismo também pode ser pensado como uma “distinção ontológica e epistemológica feita entre ‘o Oriente e... o Ocidente” (1990, p. 15). E, ainda, como uma instituição organizada para negociar com o Oriente, fazendo declarações e autorizando opiniões a seu respeito, focando seu objetivo em uma aquisição e acumulação de conhecimentos sobre o Oriente.

Já Valerie Kennedy (2000, p. 02) pondera que o livro examina o desenvolvimento das concepções e representações ocidentais do Oriente desde a metade do século XVIII até o presente. A obra de Said é importante por dois motivos: primeiro porque ela aborda um assunto pouco discutido até a década de 1970: a construção imagética do Oriente por parte da Europa, que teve como consequência a expansão de estudos históricos sobre o século XIX. Segundo, porque apresenta diversas publicações e autores que auxiliam na reconstrução deste período. Outra questão importante, como argumentou Pedro Paulo Funari (2004, p. 34), é que Said, de forma densa e aprofundada, mostrou como a representação dos povos orientais foi essencial à própria definição de identidade ocidental e à legitimação dos interesses das nações colonialistas.

Entretanto, críticas foram feitas a Said, devido a algumas afirmações ou escolhas realizadas pelo autor, que responde a algumas dessas críticas no livro *Reflexões sobre o exílio e outros ensaios*. A primeira crítica foi feita pelos escritores Bill Ashcroft e Pal Ahluwalia (2001, p. 69-70) referente ao fato de Said localizar o começo do Orientalismo logo após a invasão de Napoleão ao Egito (1798), ao invés de localizar no início do século XVIII, quando se desenvolve um maior interesse demonstrado pela Europa pelo conhecimento das línguas Indo-Europeias. Outro problema apontado pelos autores é a omissão da escola alemã de Orientalismo e seu considerado impacto no campo na obra de Said. Para responder a essa crítica, deve-se chamar a atenção para as primeiras páginas do livro *Orientalismo*:

A Inglaterra e a França dominaram o Mediterrâneo oriental desde o final do século XVII em diante, mas a minha discussão dessa dominação e desse interesse sistemático não faz justiça a *a)* as importantes contribuições ao Orientalismo da Alemanha, da Itália, da Espanha e de Portugal e *b)* e o fato de que um dos importantes impulsos para o estudo do Oriente no século XVIII foi a revolução dos estudos bíblicos (SAID, 1990, p. 29).

Sendo assim, o autor não citou a Alemanha por não considerar a produção de trabalhos sobre o Oriente tão expressiva, comparando-se à da França e à da Inglaterra. Said prossegue com a observação de que a escolha pelas duas potências da época, França e Inglaterra, deve-se ao fato de elas serem as pioneiras a empreenderem pesquisas científicas, arqueológicas e geográficas no e sobre o Oriente no século XIX, não caracterizando a conquista desses territórios somente com o intuito de exploração de matéria prima ou a captura da população local para ser vendida como mão de obra escrava.

Nos escritos de Valerie Kennedy (2000, p. 16), encontra-se crítica a Said por ter desconsiderado os fatores de classe e gênero nas suas análises sobre as representações, considerar o discurso orientalista homogêneo, aplicado em qualquer lugar e ocasião, e, para a autora, seria problemático, trabalhar com Foucault, Gramsci e humanismo em um mesmo texto.

Já para Turner (2000), o problema do *Orientalismo* está no fato de Said não citar os protestos contra os meios de vida ocidentais, como o consumismo, os estudos subalternos surgidos após o período de descolonização durante o século XX e o poder de alguns países asiáticos, como o Japão e dos Tigres asiáticos na teorização do orientalismo.

Porém, percebemos que no livro *Cultura e Imperialismo* (1995, p. 12), de Edward Said, o autor afirma que a invasão imperialista não foi

pacífica; houve a resistência por parte dos nativos, uma resistência cultural, que na maioria dos casos acabou preponderando. Essa resistência que Said fala pode ter sido inspirada não somente nos textos do século XIX, mas também através das leituras sobre os estudos pós-coloniais, que apontam como a invasão de outras regiões não foi pacífica. Em relação às questões de classe e de gênero, Said optou por uma outra abordagem em seu tema sobre o orientalismo, que leva em consideração a análise do discurso e da representação.

A França apresentava outros motivos para a dominação de terras orientais, não se caracterizando o Orientalismo somente com um interesse político: após a Revolução Francesa, houve a anexação de várias regiões estrangeiras, respaldada pela doutrina denominada por Hobsbawm (1977, p. 85) do direito francês às 'fronteiras naturais'. É interessante destacar a opinião de Jules Mohl (1800-1876), orientalista e secretário da Sociedade Asiática em meados do século XIX:

“O Oriente todo inteiro foi sacudido, toda a Ásia Ocidental caiu sobre a influência da Europa, e a China mesmo está profundamente atingida por uma revolução política religiosa cujo triunfo abrirá provavelmente para a continuação desse país às ideias europeias” (MOHL, 1879, p. 73-74).

Durante o século XIX, o nacionalismo e o imperialismo francês dinamizam-se com essa doutrina. Europeus lançam-se pelas rotas do Oriente, colonizando regiões na África, Ásia e América, estabelecendo, segundo Hobsbawm, um domínio mundial por algumas potências ocidentais que não tem paralelo na história. “Ante os negociantes, às máquinas a vapor, os navios e os canhões do Ocidente – e ante suas ideias –, as velhas civilizações e impérios do mundo capitularam e ruíram” (HOBBSAWM, 1977, p. 19).

A Índia tornou-se uma província administrada pelos cônsules

britânicos, os Estados islâmicos entraram em crise, a África ficou exposta a uma conquista direta. Para Rémond (1981, p. 179), a superioridade dos europeus não se restringia somente ao poder bélico, mas também uma superioridade na arte de governar, nas relações entre os homens, reforçando a sua superioridade de direito, de poder e de organização.

As desigualdades nas relações entre colônias e colonizadores eram referentes às decisões políticas tomadas nas metrópoles sem a consulta às colônias, a imposição de estatutos jurídicos diferentes nessas regiões, a desigualdade econômica referente à exploração dos recursos naturais e a desigualdade cultural, com a imposição de ideias, valores, e a determinação do que era a civilização, tornando-se um conceito universal. Enquanto Rémond está submerso na proposta de superioridade europeia frente às outras sociedades orientais, mais uma vez criticamos essa sugestão de passividade referente à dominação ocidental no Oriente. Um aspecto importante a ser ressaltado nesse momento é o fato de analisarmos o imperialismo fora do contexto europeu.

Em meados do século XIX, todo o Oriente já havia sido mapeado e estudado, mas esse estudo estava baseado na tentativa dos orientalistas em provarem as informações científicas levantadas nas bibliotecas europeias através da leitura de textos datados desde a Antiguidade sobre o Oriente. Esse conhecimento produzido pelas publicações orientalistas influenciou a literatura ficcional europeia, criando a imagem de uma experiência homogênea sobre o que seria o Oriente, que para Said (1990, p. 108) reforçou as divisões estabelecidas pelos orientalistas na Europa em relação ao Leste, através da utilização das riquezas do Oriente para as produções literárias durante o século XIX. Essas informações também favoreceram as invasões e ambições coloniais ocidentais no Oriente, viabilizando sua ocupação, uma vez que os invasores tinham alguns dados sobre a cultura dessas populações.

Com base nessa noção do que é o orientalismo e na descrição do

Oriente para o Ocidente, podemos perceber como o orientalismo tornou-se uma ferramenta para os movimentos nacionais, pois determina claramente as diferenças entre ocidentais e orientais, e essas diferenças funcionam como uma das engrenagens na constituição da identidade europeia, que é uma das bases do projeto nacional.

Outra ferramenta importante para a construção de nações na Europa foi, segundo Patrick Geary (2005, p. 46), a filologia, pois através dela os governos tentaram suavizar as variantes linguísticas, os vários passados e tradições culturais em prol de uma única língua, o francês em um passado longínquo e sem descontinuidades com o intuito de intrometer nas pessoas um sentimento de pertencimento à nação francesa.

Complementando a proposta de Geary, outro historiador que discute o papel da filologia é Hobsbawm (1977, p. 309) ao comentar que através dela, houve a conquista de sociedades orientais pela Europa, e buscando, dessa maneira, traçar uma evolução histórica das línguas, influenciada pelas ideias científicas sobre a evolução das espécies, defendidas por Charles Darwin no século XIX. É evidente que não concordamos com essa evolução histórica das línguas. Esse era o argumento usado na época para que houvesse uma maior aceitação por parte da população na implantação de uma única língua a ser ensinada e aprendida no território francês.

Essa busca permite que o debate sobre a superioridade e a inferioridade das raças, civilização e barbárie, continuasse no cenário europeu durante o século XIX, como a passagem retirada do livro *Salammbô*, escrito por Gustave Flaubert, na qual os soldados, depois de saírem de Cartago, encontraram – no deserto – cem leões crucificados:

Cem passos mais adiante, viram mais dois leões, e então, de repente apareceu uma longa fila de cruzes com leões pendurados. Uns tinham morrido há tanto tempo que apenas existia sobre a madeira um resto de

esqueleto; outros, meio carcomidos, torciam a boca fazendo horríveis visagens. Havia alguns enormes, a árvore da cruz vergava sobre eles, balançando-os ao vento, enquanto sobre a sua cabeça bandos de corvos rodeavam no ar, sem parar. Assim se vingavam os camponeses cartagineses, quando apanhavam alguma besta feroz; esperavam por este exemplo aterrorizar os outros. Os Bárbaros, deixando de rir, quedaram-se num grande assombro. Que povo é este, pensavam, que se diverte a crucificar leões (FLAUBERT, 1992, p. 47-48).

Apesar dessa dicotomia de superioridade e inferioridade não estar nos preceitos do conceito de raça, no momento em que ela é combinada com as teorias de evolução do homem, passa a pertencer a esse discurso, pois a raça que estivesse mais próxima dos fósseis humanos descobertos seria considerada inferior em relação aos seus descobridores, no caso, europeus. É neste contexto que nasce a Antropologia, pois com o Imperialismo, havia a necessidade de uma disciplina que estudasse o homem, mas o homem simples – o outro que era descoberto nessas campanhas – a sua língua, seu físico, suas tradições e sociedade, sua cultura material. O desenvolvimento da biologia permitiu uma hierarquização das raças, e uma antropologia cultural – derivada, entre outras, da literatura de viagem – emergiu, afirmando que uma sociedade atrasada socioculturalmente evoluiria para uma civilização moderna, com uma tecnologia mais avançada, militarmente mais poderosa, mais rica e bem-sucedida.

Dessa forma, haveria fundamentos que embasassem a teoria de que os homens não são iguais, legitimando a dominação, principalmente sobre o negro. Esse é um pensamento típico do século XIX, sendo atualmente, bastante criticado. Para Said (1995, p. 14), essas noções eram amplamente aceitas pelos europeus, e ajudaram a propelar a aquisição imperial de territórios na África ao longo de todo o século XIX.

OCIDENTE E ORIENTE NO SÉCULO XIX: ELEMENTOS PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA IDENTIDADE

De acordo com o que desenvolvemos acima, neste momento, vamos introduzir algumas questões relativas ao nosso objeto neste livro: estudar as representações do Antigo Egito na obra de Gustave Flaubert inserida no movimento da elaboração da identidade francesa no século XIX, isto é, no período do imperialismo francês. Para tanto, destacaremos alguns momentos fundamentais que evidenciam a Questão Oriental na França nessa época, que esclarecem a tentativa de manter viva a história do Antigo Egito.

A sociedade egípcia da Antiguidade, responsável pela construção de edifícios que encantam o mundo até os dias atuais, já era objeto de fascínio e estudo na Antiguidade Clássica. Uma das primeiras descrições do Antigo Egito foi realizada pelo historiador grego Heródoto, que destinou um livro da sua obra *Histórias* a essa sociedade. O autor ilustra as diferenças culturais entre os gregos e os egípcios através da descrição do funcionamento da sociedade, dos costumes, dos hábitos, da geografia, da política e da história. Heródoto (II 35) afirma que o Egito “[...] em relação aos demais países, possui as coisas mais maravilhosas e oferece obras que superam a possibilidade descritiva; por isso, esse país será objeto de considerações mais detidas” (MORAES 1999, p. 140).

Muitos mosaicos que adornavam as casas durante o período romano apresentam paisagens egípcias, “com seus crocodilos e hipopótamos” (FUNARI, 2003, P. 89). Lévi-Strauss faz as seguintes observações sobre a importância histórica da civilização egípcia:

[...] civilização egípcia, cuja importância para a humanidade conhecemos, só é inteligível como obra comum da Ásia e da África e os grandes sistemas políticos da África antiga, as suas construções jurídicas, as suas doutrinas filosóficas durante muito tempo escondidas aos Oci-

dentais, as suas artes plásticas e a sua música, que exploraram metodicamente todas as possibilidades oferecidas para cada meio de expressão, são outros tantos índices de um passado extraordinariamente fértil (1980, P. 74).

Martin Bernal (199, p. 163), em seu livro *Black Athena: the Afroasiatic roots of classical civilization* (Atena Negra: as raízes afroasiáticas da civilização clássica), afirma que houve uma mescla das culturas egípcias e fenícias, além de outros invasores, para a formação da cultura grega. Comenta que durante os séculos seguintes ao século IV d.C. do Império Romano, o Antigo Egito manteve-se no cenário europeu devido à reputação da sua Filosofia, Ciências e seu sistema de governo, e também através da maçonaria, que utilizou alguns símbolos da sociedade dos faraós em seus rituais e na sua arquitetura.

Napoleão Bonaparte, ao iniciar a expansão do Império francês para o além-mar, invade o Egito em 1798, vencendo os mamelucos na Batalha das Pirâmides.

Imagem 4: Batalha das Pirâmides, por François-Louis-Joseph Watteau - The Yorck Project: 10.000 Meisterwerke der Malerei. DVD-ROM, 2002. ISBN 3936122202. Distributed by DIRECTMEDIA Publishing GmbH., Domínio público.



Fonte: <https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=160174>

Apesar de a França perder a próxima batalha naval para os Britânicos, chamada de Batalha do Nilo ou Batalha de Aboukir, isso não impediu que os franceses permanecessem no território egípcio até o ano de 1801.

Imagem 5: Batalha do Nilo, por Mather Brown - 1. Found at the National Maritime Museum². Royal Museums Greenwich, Domínio público.



Fonte: <https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=9022077>

Com a vitória, o imperador determina aos estudiosos que o acompanharam nessa campanha militar que realizassem as primeiras investigações científicas nesta região, à procura de vestígios arqueológicos sobre o Antigo Egito.

Os estudos sobre a arquitetura, a cultura e a arqueologia, como também sobre a fauna e a flora do Egito foram posteriormente agrupados

na enciclopédia *Description de l'Égypte* (Descrição do Egito), iniciada em 1809. Durante as campanhas arqueológicas e científicas, inseridas dentro da concepção de missão civilizadora, foram descobertos os hieróglifos escritos na Pedra Rosetta, decifrados por Jean-François Champollion – publicados em 1824 – e que marcaram o início da egiptologia. Bernal assinala que, apesar do fascínio pelo Nilo e pelo respeito da maçonaria, a decadência pelo interesse pelo Egito durou 25 anos após a morte de Champollion, entre 1831-1854. Mas houve um período de recuperação após os anos 1850 e que duraram até 1880.

Essa visita trouxe à cena francesa o fascínio pelos grandes impérios da Antiguidade, que passam a ser admirados no episódio de desenvolvimento do Imperialismo na França. Assim sendo, a partir desse fascínio evidenciado pelo próprio Napoleão, surgiram intelectuais da sociedade francesa que se interessaram pelos registros da história do Antigo Egito, em especial o autor da obra escolhida como fonte para esse livro.

Com a derrota de Napoleão em 1815, foi instaurado na França um novo regime de governo, decidido no Congresso de Viena, chamado de Restauração, assumindo o trono, até 1830, Luís XVIII. Uma das ações implementadas pelo novo governante foi a instituição da Carta Constitucional, diferente do Antigo Regime, em que havia uma ausência de Constituição, e concedeu outras reivindicações liberais, como a liberdade de expressão, de culto e de imprensa. Entretanto, para Jenkins (1990, p. 47), o período entre 1815-30 foi marcado por uma total ausência de discurso político sobre a Restauração, por excluir a maioria da população masculina adulta e não permitir a participação das mulheres na vida política, além de demonstrar uma ideologia contra mudanças econômicas e sociais. Em 1830, estouraram na França movimentos contra a Restauração, que oscilavam entre o caráter liberal, democrático, socialista e de sentimento nacional.

Em 1834 há uma crise nas relações com o Egito, a chamada Ques-

tão Oriental, que para Rémond (1981, p. 152) poderia ser classificada como uma reivindicação nacional. Hobsbawm (1977, p. 124) descreve que desde a expedição de Napoleão ao Egito, a influência francesa foi poderosa naquele país, que era dominado pelo Império Otomano desde 1517. O mameluco albanês Mohhammed Ali torna-se vice-rei do Egito, um cargo criado pelo sultão otomano Selim III, governando entre 1805 a 1848, demonstrando ambições em relação ao império turco.

Imagem 6: O Cairo, por Maxime Du Camp.



Fonte: <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b105129242/f6.item.r=%22voyage%20en%20C3%89gypte%22>

Flaubert descreve em seu diário a sua visita à mesquita de Mohamed Ali, no Cairo, afirmando que seria “uma ‘imitação’ (1986, p. 61) da mesquita de Santa Sophia –, onde estaria a tumba provisória dele, ‘ro-

deado de uma gaiola de madeira, recoberta de tapetes, sob um lustre de cristal' ” (1986, p. 55).

Segundo Roland Oliver (1944, p. 183), Mohammed Ali recrutou um exército treinado por instrutores franceses e estabeleceu uma administração civil organizada em departamentos com um sistema ministerial semelhante aos da Europa. Como sendo um comandante, anexou o Sudão ao território do Egito através da invasão e conquista do reinado de Sennar em 1821. De fato, as crises da Questão Oriental na década de 1830 foram essencialmente crises na relação de Mohammed Ali com seu soberano, complicadas no último caso pelo apoio francês ao Egito.

De acordo com Frederick Rodkey (1930, p. 627) – o qual trabalha diretamente com as relações entre Inglaterra e Áustria quanto à Questão Oriental–, o sultão egípcio, em 1833, havia sido derrotado em uma guerra contra o seu vassalo Mohammed Ali, e as forças egípcias avançavam em direção à Ásia Menor, ameaçando o Império Otomano. Temendo que o paxá egípcio fosse apoiado pela França e que o seu triunfo mundial encorajasse a expansão das ideias francesas, a Áustria sugere que a Inglaterra mandasse assistência para o sultão contra o Levante. Constantinopla recebeu a cooperação das tropas russas contra os egípcios, havendo um acordo entre Áustria, Grã-Bretanha, Rússia e França para os assuntos referentes à manutenção da independência da Turquia.

Entretanto, essa ajuda oferecida pela Rússia tinha como intuito a expansão do próprio império russo. Segundo o que narra Flaubert em *Viagem ao Egito*, quando eles estavam na cidade de Aboukir, situada às margens do Mar Mediterrâneo, foram aconselhados a se armarem, por causa da “guerra, militares, Rússia” (1986, p. 45). Outro fato importante citado na narrativa é que quem ofereceu as armas foram os “nossos bons turcos” (1986, p. 45), demonstrando que o Império Otomano tinha a intenção de anexar novamente o Egito ao seu território.

Apesar da independência do Egito e da retirada dos franceses em 1801, ainda havia um controle europeu nessa região, pois as finanças públicas passaram para as mãos dos ingleses, como também a polícia, a comunicação e os portos, e a França continuava enviando seus representantes ao Egito. Essa presença europeia nessa região facilitou a construção do Canal de Suez, projetado por Ferdinand de Lesseps, inaugurado em 1869, ligando a África à Ásia, o que facilitaria as investidas ocidentais pelo Oriente.

Hobsbawm declara que catorze anos após a crise da “Questão Oriental”, estourou nas ruas de Paris uma revolta social esperada e prevista, a “primavera dos povos” (HOBSBAWM, 1996, p. 20). Ortiz (1991, p. 75) afirma que o ano de 1848 não é fortuito e marca profundamente a sociedade francesa. Mohl presencia esse momento, descrevendo-o em seu manual: “quando o barulho da rua veio cobrir, em toda a Europa, a voz da ciência. Hoje ainda, a inquietude dos espíritos... e o futuro incerto... mas essa agitação terá um fim, enquanto que a ciência é eterna, como a verdade, da qual ela é a expressão” (1879, p. 327). Nesse momento, a verdade e a ciência tornam-se sinônimos, e a verdadeira história da civilização só poderia ser escrita pelos europeus.

Essa insurreição, basicamente composta por trabalhadores urbanos pobres, conseguiu instaurar a república na França depois de derrubar a monarquia, e iniciou uma revolução europeia, que se espalhou rapidamente por entre os países do mundo todo, afetando diretamente a alguns. Mas com a mesma rapidez com que se espalhou ela foi derrotada: dezoito meses depois, todas as monarquias derrubadas haviam sido restauradas, exceto à francesa. Apesar da curta vitória, a revolução de 1848 provocou a abolição do trabalho servil remanescente em algumas áreas da Europa e adoção do sufrágio universal na França. O movimento operário ganhou o direito a greves e coalizões na França em 1864, mas terá que esperar até 1901 para fundar as associações.

Ortiz (1991, p. 13), ao analisar o século XIX, afirma que a época foi marcada por rupturas e descontinuidades e uma descontinuidade se instaura, fazendo com que a organização da sociedade se desloque para outro patamar. Para ele (1991, p. 30-31), existem duas modernidades: uma primeira que se associa à Revolução Francesa e uma segunda que tem como substrato um outro sistema técnico. Aquelas corresponderiam ao período que abarca os anos entre a Revolução Francesa até a Revolução Industrial, ocorrida na década de 1850, que seria um momento onde ocorre uma transformação, e elementos novos caminham lado a lado com elementos remanescentes, e desse momento até o início do século XX.

Outro historiador que percebe esses dois momentos distintos no século XIX é Francisco Falcon. Para ele, em seu texto sobre a História das Ideias (1997, p. 99), essa ruptura ocorreu somente em 1870. Do início do século oitocentista até esse ano, o ambiente é marcado pela oposição entre o romantismo, que critica o iluminismo, e o positivismo, considerado como uma continuidade deste, mas com características próprias. Após 1870, para o autor, o positivismo se estabelece como paradigma nos estudos históricos até os anos de 1930.

A ciência acompanhava as mudanças que estavam acontecendo dentro da sociedade francesa. A difusão e o avanço do conhecimento científico ocorrem a partir da criação de instituições de ensino técnico-científico na Europa. Um grande orientalista francês, Ernest Renan (1823-1892), um dos maiores estudiosos das línguas semíticas, ao redigir o prefácio de *Vingt-sept ans d'histoire des études orientales: rapports faits à la Société asiatique de Paris de 1840 a 1867* (Vinte sete anos da história dos estudos orientais), afirma que esse período, citado no título da obra de Mohl, foi “a era heroica dos estudos orientais” (1879, p. X), mesmo com a crise instaurada entre França e Egito. No livro, Mohl faz referência à crise:

a mais grave das circunstâncias, a guerra do Oriente, terminará mesmo, sem alguma dúvida, por exercer

uma influência poderosa sobre o desenvolvimento dos estudos orientais na Europa, e, por consequência, de instituições que são, como a nossa, fundadas para facilitar e propagar esses estudos (1879, p. 542).

Ao ler a publicação de Mohl, percebemos que houve uma expansão de sociedades responsáveis pelas pesquisas do Oriente, como – por exemplo – a *Société Asiatique* (Sociedade Asiática), nas cidades orientais de Calcutá, Bagdá, Síria e Cairo, com a expansão do imperialismo francês e britânico pelo mundo.

No que diz respeito à Sociedade Asiática, ela era uma organização livre que foi fundada em Paris em 1822 por Charles-Philibert de Lesteyrie e Silvestre de Sacy, este último considerado o patriarca dos orientistas por Turner (2000, p. 07), durante o movimento literário que agitava todos os espíritos sobre a Restauração. Era uma das responsáveis pela difusão das produções sobre o Oriente na Europa através do *Journal Asiatique* (Jornal Asiático), tendo membros presentes em universidades, institutos e no governo.

Essa sociedade apresentava unidades em várias cidades europeias e em cidades espalhadas pelo mundo Oriental, com a responsabilidade de gerenciar as investigações nos campos arqueológico, etnográfico, histórico e filosófico – traduzidos nas formas de catálogos, estudos e relatórios – nesses países, bem como de produzir gramáticas que auxiliassem no conhecimento das línguas orientais e também na divulgação da tradução de obras literárias, livros, manuscritos para o francês, inglês e alemão. De acordo com Mohl (1879, p. 470), o intuito era reconstruir a história do mundo oriental. Tudo indica que Gustave Flaubert foi influenciado por essas traduções.

As ciências sociais no século XIX estavam preocupadas em explicar as diferenças sociais humanas em termos de meio ambiente. A discussão sobre as raças humanas inicia-se com o exame dos crânios, e há a

contraposição entre os monogenistas, que acreditavam que as diferentes raças teriam uma origem única, e os poligenistas, que criticavam essa teoria. A África tornou-se um laboratório a céu aberto para a discussão dessas teorias, através das pesquisas científicas realizados pelas sociedades de estudos. Isso é perceptível em Flaubert, quando ele se preocupa com a tonalidade da cor da pele, ou com a descrição das pessoas com as quais se depara.

Concordamos com Said (1990, p. 103) quando ele afirma que as representações ocidentais no século XIX podiam criar, não somente o conhecimento, mas a própria realidade que parecem descrever, que não era simplesmente dada, mas apresentada, descrita pelos estudiosos das culturas ocidentais. Para Said (1995, p. 177), essas representações não estabelecem uma relação de igualdade entre o criador e a criatura, mas são inscritas pelas relações de poder, principalmente as relações de dependência e subordinação sustentadas pelo próprio colonialismo.

Essas representações são institucionalizadas, produzindo assim, uma tradição, um discurso orientalista, onde uma gama variada de experiências é reduzida a ideias atraentes, fáceis de lembrar e citar, que se mantêm como uma instituição organizada responsável tanto pelo conhecimento como pelo domínio que se assegurava no Oriente. Em que pese a contribuição do autor, acreditamos que ele esteja influenciado pela sua situação no momento em que escreve o livro *Orientalismo*, que é a de um palestino vivendo nos Estados Unidos, vendo como o Ocidente divulgava informações sobre o Oriente.

Said analisa as representações que os imperialistas fizeram dos orientais pelo viés da dominação, seja ela pela força ou ideologia. Neste livro, procuramos analisá-las pela questão da construção de identidades, ou seja, através da alteridade, os europeus criam a sua identidade a partir do momento que se relacionam com o Oriente. Essa abordagem é possível porque estamos fora desse contexto europeu, e inserimos no nosso

trabalho autores que versam sobre a diversidade das identidades e sobre a subjetividade inerente aos escritores consultados, principalmente Gustave Flaubert.

Portanto, ao longo da nossa exposição, percebem-se conexões entre o imperialismo, identidade, nacionalismo e orientalismo, e, ainda, como essas ideias estavam presentes na França do século XIX e influenciaram na escolha dos temas presentes na literatura de Gustave Flaubert.

Nesse sentido, de todas as obras lidas de autoria desse literato, destacamos a narrativa *Voyage en Égypte*, texto em que podemos mapear as influências sofridas pelo autor e a maneira como o uso do passado, mais especificamente do Antigo Egito, está inserida na aproximação entre os ocidentais e os orientais, contribuindo, dessa forma, para o estabelecimento de uma identidade francesa.

CAPÍTULO III

O ANTIGO EGITO NA CONCEPÇÃO DE GUSTAVE FLAUBERT

*“O Egito é ‘um presente do Nilo’, mas é
acima de tudo uma invenção humana”*
(VERCOUTTER, 1980, p. 17)

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Neste capítulo, vamos explorar e analisar a obra escolhida como fonte neste livro, o diário de bordo *Viagem ao Egito*, escrito por Flaubert durante a sua permanência nessa região entre os anos de 1849 e 1850. A estrutura desse diário segue a ordem pela qual Flaubert foi conhecendo as cidades egípcias ao longo do rio Nilo, não havendo uma divisão no texto em capítulos, como ocorre neste livro. O escritor francês registra o nome da cidade em que se encontra e a descreve mesclando elementos que nos remetem tanto ao Antigo Egito quanto ao Egito do século XIX.

Inicialmente, trataremos da história do Antigo Egito sem nos prendermos a um arco cronológico específico, pois Flaubert descreve monumentos que foram construídos pelas primeiras dinastias faraônicas, como é o caso das pirâmides de Gizé, e também durante o reinado dos Ptolomeus, empossados após a invasão macedônica em 332 a.C. Resaltaremos, assim, as características de algumas dinastias, um pouco sobre as cidades e o alfabeto, além do papel desempenhado pelas mulheres, as quais detinham um status na sociedade egípcia diferente do das outras mulheres nas sociedades da Antiguidade.

Essa análise do processo histórico egípcio antigo é necessária para situarmos temporalmente os monumentos arquitetônicos que Flaubert descreve ao longo da narrativa de viagem, visualizando, dessa forma, como o Ocidente se apropriou do discurso sobre a Antiguidade para justificar a sua corrida imperialista. A visão de Flaubert, percebida ao longo da leitura do diário, é a de um viajante do século XIX, que se encanta inicialmente com a cultura oriental, que é desconhecida e ao mesmo tempo diferente da dele, mas que vai percebendo, no decorrer da viagem, que essa cultura é inferior em relação à ocidental; ou seja, a visão dele está imbuída do discurso de superioridade presente em seu contexto, menosprezando a sociedade oriental.

Em contrapartida, adotaremos uma posição crítica ao analisar as passagens referentes ao Antigo Egito descritas por Flaubert, pois o aparato histórico do Antigo Egito construído na primeira parte deste capítulo servirá de contraponto às descrições de Flaubert, auxiliando na compreensão das percepções que ele relata. Assim, perceberemos os elementos do contexto no qual ele está inserido, que foi discutido no segundo capítulo, e que influenciou a maneira como o nosso literato interage com a história e a cultura do Oriente.

Na segunda parte, analisaremos algumas passagens selecionadas da obra *Viagem ao Egito* referentes à Antiguidade egípcia, e que apontam para a relação entre a sociedade ocidental e o Oriente no século XIX. Primeiramente, este era caracterizado como um lugar onde o exótico e o maravilhoso habitavam, mas depois do contato com os nativos, ao Oriente resta desempenhar o papel de antagonista, servindo como o *outro*; um território ideal para a Europa comparar sua cultura e afirmar a sua superioridade e domínio sobre o Leste.

Em nossa leitura, esse discurso de superioridade, em uma primeira instância, passa a ideia de dominação, entretanto, ao analisá-lo, percebemos que isso é forjado. Dessa forma, iremos analisar as represen-

tações pelo viés da construção de identidades, e não pelo sistema binário superioridade e inferioridade. Como discutido nos capítulos anteriores, as representações criam e classificam as sociedades, incorporando novas categorias de imagens e auxiliando na constituição de novas identidades. Porém, é através desse discurso de dominação que se dá a última etapa da interação entre Ocidente e Oriente: a pilhagem de todas as riquezas, inclusive a cultura material, que se torna propriedade de seus invasores e irá compor os acervos particulares e dos museus da Europa.

GUSTAVE FLAUBERT E A HISTÓRIA DO ANTIGO EGITO

Jean Vercoutter (1911-2000) afirma que: “a sociedade egípcia não é interessante apenas por sua antiguidade, ela o é por sua continuidade” (1980, p. 08). Não podemos negar a durabilidade dessa sociedade, que gira em torno de cinco mil anos, desde que os primeiros faraós reinaram no Egito. Os egiptólogos comumente datam a cronologia do Antigo Egito no ano 3000 a.C., com o início da primeira dinastia, até as invasões macedônicas, no ano de 332 a.C. A partir de 332 a.C., o Egito passa a ser governado pelos reis Ptolomeus até o ano de 30 a.C., momento em que ocorrem as invasões romanas. Em 641 d.C., é a vez de os árabes conquistarem o território egípcio.

Entretanto, houve influências externas dos hicsos, gregos e romanos, o que acarreta trocas culturais que influenciaram de algum modo a sociedade egípcia. Através das leituras sobre a questão de identidades, podemos perceber que elas não são estáticas e fechadas ao contato com outras culturas, mas sim, apresentam uma fronteira tênue, que permite um fluxo de novas experiências.

As tribos neolíticas, segundo Vercoutter (1980, p. 43), podem ser

consideradas como as legítimas ancestrais dos egípcios dinásticos. A base dessas confederações iniciais é o *nomos*, uma reunião de territórios agrícolas em torno de sua capital, uma pequena metrópole ou cidade, denominação utilizada por Margareth Bakos (2003, p. 14), e são inúmeras as vilas distribuídas ao longo do Nilo, mas as cidades são encontradas em menores quantidades. Tebas e Mênfis eram citadas nos textos antigos como as cidades do Sul e do Norte. O Egito era dividido em dois reinos distintos: o Baixo Egito, que compreendia o Delta, com vinte *nomos* e o Alto Egito, do Delta a Assuã, com vinte e dois *nomos* (MELLA, 1981, p. 87). Essa explicação da divisão do território egípcio foi realizada para facilitar posteriormente a localização das cidades descritas por Flaubert em seu diário, pois ele não distingue esses dois tipos de unidades administrativas do Antigo Egito.

Para Ciro F. Cardoso (1994, p. 72), escavações ocorridas na década de 1990 mostram que o sítio de Nekhen (Hieracômpolis) abrigou uma população importante, composta por ricos e pobres, que pode ter originado a unificação egípcia, por apresentar uma fortificação, templos e tanques para a irrigação. Talvez um conflito com a Núbia, um pouco antes do ano 3100 a.C., tenha desencadeado uma mobilização militar e a taxação de impostos, o que marcou a passagem de tribo para uma unificação dos vários grupos do Antigo Egito. Entretanto, há contradições entre os egiptólogos relacionados à identificação do primeiro rei que governou com as coroas do Alto e do Baixo Egito, cogitando-se os nomes Namer, Menés e Aha. A única certeza que esses estudiosos do Antigo Egito têm é que o movimento de unificação partiu do Sul, em direção ao Norte (CARDOSO, 1994, p. 90), através de pinturas parietais encontradas em monumentos na cidade de Hieracômpolis, no Alto Egito.

A história do Antigo Egito divide-se entre a concentração política, vista na figura do faraó, e a tendência à fragmentação, causada pela extrema dimensão longitudinal do país, configurando-se como um estado de

forte concentração política e de descentralização administrativa. O centro vital do país tendia a situar-se em Mênfis, no Alto Egito, que se localizava no centro dessa região, antes da expansão para o sul do território.

Outra característica dos egípcios é o fato de eles não usarem, em seus monumentos, um calendário contínuo ou linear de contagem de tempo, como nós atualmente, porque a cada novo faraó que assumia o trono, voltava-se a iniciar a contagem de anos. Dessa forma, para determinar simplesmente a data do aparecimento do primeiro rei seria preciso conhecer a duração dos reinados de todos os faraós. Como os egípcios empregavam um calendário solar, que se compunha de doze meses de trinta dias cada, o que resulta em trezentos e sessenta, incorporando mais cinco dias para homenagear os deuses, o trabalho de datação da maioria das dinastias egípcias foi concluído pelos egiptólogos. O primeiro dia do ano no calendário egípcio era marcado pelo início das enchentes do Rio Nilo e pela aparição da estrela Sirius no firmamento.

Dessa forma, podemos perceber que o Nilo não era somente o rio que cortava o território do Egito, ele também favoreceu a permanência da sociedade egípcia nessa região, que está intimamente ligada ao seu complexo geográfico. A fertilização do solo acontecia pela ação do Nilo, que através de suas cheias depositava o limo em suas margens, e que também estabelecia o ritmo de vida dos habitantes da região e a divisão do ano em três estações (VERCOUTTER, 1992, p. 33).

Imagem 7: Vista do Nilo, por Maxime Du Camp.



Fonte: <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k104542z/f124.item.r=voyage%20en%20Egypte,%20en%20Nubie%20et%20en%20Syrie%20de%20Maxime%20Du%20Camp>.

Segundo Bakos (2001, p. 13), era perto do Nilo que as cidades – as quais poderiam ser administrativas, cidades-templos ou cidades-fortalezas – foram construídas, servindo tanto de suporte contra o deserto e a fome como para o controle pelos grupos que estavam no poder das barragens, canais de irrigação e diques necessários à agricultura e à produção de alimentos. Assim sendo, veremos mais adiante as alusões feitas por Flaubert sobre o Nilo, ressaltando-o como algo deslumbrante, mas que ao mesmo tempo estava sendo conquistado pela França imperialista.

É também por volta do ano 3000 a.C. que se inicia a história escrita do Antigo Egito, produzindo-se os documentos antigos que representam uma das principais fontes da história egípcia. É nesse período que se formaram a língua, a religião e a unidade política do Antigo Egito. De acordo com Vercoutter (1980, p. 37), os hieróglifos eram usados, sobre-

tudo, para as inscrições parietais, tanto grafadas como incisas ou pintadas. Nicolas Grimal (1996, p. 36) afirma que a escrita egípcia é associada ao pictograma, ao ideograma e ao fonograma, ou seja, a um sistema que emprega imagens e não símbolos: o pictograma é a representação direta, em que se desenhavam um homem ou uma casa, os quais são nomeados; e os outros dois são de natureza fonética.

Entretanto, às vezes deve-se isolar o sentido do ideograma para realçar somente o valor fonético como, por exemplo, do hieróglifo do canário, que poderá representar tanto a ave quanto o som *sa*. A diferença entre eles será marcada por um signo que possui um valor determinante adicionado ao fonema. Bakos (2001, p. 110) divide os elementos da escrita hieroglífica em fonéticos (chamados de fonogramas), que representam os sons fundamentais, em ideogramas, os quais assinalam uma noção abstrata do que o hieróglifo quer representar, e em determinativos, aqueles que representam visualmente as figuras desenhadas.

A mesma autora afirma que o ato de escrever para os egípcios representa não somente o registro de um nome, mas também a criação dele (2001, p. 102), habilidade essa atribuída aos ensinamentos do deus Thot. Dessa forma, os egípcios acreditavam que o conhecimento sobre o verdadeiro nome das coisas dava poderes sobre elas (BAKOS, 2001, p. 104). Ressaltamos nesse momento que esse poder gerado pela representação de algo também está presente nos estudos dos discursos orientalistas realizados por Said, que foi discutido nos capítulos anteriores.

Cardoso (1994, p. 146) atenta para o fato de que o controle social acontecia através da ideologia do grupo de governantes e letrados, o que fazia da escrita algo acessível às camadas mais altas da população, pois não existia uma educação pública de massa no Antigo Egito.

Apesar da documentação produzida durante as diferentes dinastias faraônicas, a insuficiência de documentos torna os cinco séculos, que

duraram as duas primeiras dinastias denominadas de tinitas, um período pouco conhecido, pois somente restaram as tumbas de Abidos e Saqqara, além da Pedra Palermo. A Pedra Palermo é o nome dado a um fragmento de basalto onde estão grafados, de ambos os lados, nomes dos reis desde a época pré-dinástica até a quinta dinastia, situada cronologicamente no Antigo Reinado.

Grimal (1996, p. 55) afirma que essas dinastias de 3150 a 2700 a.C. formam um todo único. A I dinastia refere-se a um período de rápida expansão, o que indica uma região em pleno desenvolvimento, favorecida pela unificação do território egípcio. A II dinastia é marcada pelo desenvolvimento da escrita e a organização da realeza, que aos poucos se consolida, o que leva o faraó a tornar-se uma figura divina. Os ritos de iniciação e as festas religiosas multiplicam-se. As duas dinastias representam, portanto, um período de cristalização da sociedade egípcia. Os documentos arqueológicos encontrados ainda não esclarecem a origem temporal do estado faraônico, mas desde as primeiras dinastias existe um único rei e a divisão do país em províncias.

Djeser foi o primeiro rei da III dinastia (GRIMAL, 1996; VERCOUTTER, 1992) e marca o início do Antigo Reinado. Durante o seu reinado, o Antigo Egito destacou-se, sobretudo, na arquitetura. Entretanto, o fato mais importante é o deslocamento do centro político de Abidos para Mênfis. Menciona-se que um texto escrito na sua dinastia indica a primeira expedição egípcia ao território núbio. Djeser construiu uma pirâmide de degraus em Saqqara, requisitando o concurso de um primeiro ministro para auxiliá-lo. Este primeiro ministro, denominado de *vizir*, foi Imhotep. A ele deve-se o magnífico conjunto arquitetural da pirâmide de degraus de Saqqara, o principal cemitério real de Mênfis, e respectivos anexos. Flaubert tece um comentário sobre as pirâmides de Saqqara: “As Pirâmides de Saqqara são muito menores e mais arruinadas que aquelas de Gizé” (1986, p. 65).

Imagem 8: Pirâmide de Saqqara, por William Henry Goodyear – Brooklyn Museum, <http://www.brooklynmuseum.org/opencollection/archives/image/4583/image>, Public Domain.



Fonte: <https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=31155454>

É na IV dinastia, fundada por Snefru – construtor de naus para as suas expedições à Núbia, palácios, templos, fortalezas e casas – que se iniciaram as edificações da necrópole de Gizé, onde encontramos a maior pirâmide do Egito, construída pelo seu filho Quéops. Flaubert descreve o interior da grande pirâmide, dentre as várias existentes no território egípcio registradas em seu diário:

Ela se abre do lado Norte, cor toda lisa (como um escoamento) na qual descemos; cor que faz notar; nós escorregamos sobre as crottes de morcegos. Ele lembra que essas cores haviam sido feitas para ali deixar docemente escorregar os caixões funerários desproporcionais. Em frente à câmara do rei, corredor bem grande com grandes ranhuras longitudinais na pedra, como se lá a gente tivesse diminuído alguma grade de ferro. – Câmara do rei, tudo granito em pedras enormes, sarcófago visto ao fundo. – Câmara da rainha, bem menor, mesma forma quadrada comunicando provavelmente com a câmara do rei (1986, p. 61-62).

Seguindo os passos do pai, Quéfren, filho de Quéops, decide construir a sua pirâmide ao sul da primeira, que também foi visitada por Flaubert: “Interior. – Câmara de Belzoni. Ao fundo, um sarcófago visto. Belzoni não encontrou nada além de alguns esqueletos de boi. Era talvez aqueles de Apis” (1986, p. 62). Esse nome ao qual Flaubert se refere é de Giovanni Belzoni (1778-1823), um engenheiro italiano que mais tarde tornou-se um explorador das antiguidades do Egito, sendo ele um dos responsáveis pela abertura da pedra de Abu Simbel.

Miquerinos, também construída em Gizé por personagem de mesmo nome, é a menor das três, revestida de granito na parte inferior (GRIMAL, 1996, p. 81). Tudo indica que nessa época foram construídos numerosos templos locais desde Fayum e Abu Rawash até Gizé (KEMP, 1991, p. 185), caracterizando esse período como o mais completo de toda a civilização egípcia.

Imagem 9: Pirâmides de Gizé. Cornell University Library - Giza. Pyramids of Khafre and Menkaure (Chefren and Mykerinus), No restrictions.



Fonte: <https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=20125950>

Cardoso (1994, p. 76) divide o Antigo Reinado (2920-2040 a.C.) em três períodos: o primeiro, que abarca as três primeiras dinastias nas quais ocorrem a formação das instituições monárquicas (2920-2575 a.C.); o segundo, caracterizado pelo apogeu do Antigo Reinado, que ocorreu entre a IV e a VI dinastias (2575-2150 a.C.) e, por último, o período que abarca o final do Antigo Reinado e início do Primeiro Período Intermediário (2150-2040 a.C.).

Já Vercoutter (1992) apresenta outras datas para um período análogo ao que Cardoso se refere como Antigo Reinado: Antigo Reinado (2700-2350 a.C.) e o Primeiro Período Intermediário (2350-2190 a.C.).

Ao longo do período que marca o fim do Antigo Reinado, segundo Vercoutter (1980, p. 64), encontramos a unidade política do Antigo Egito restaurada pelos reis tebanos. Embora Flaubert não se refira em momento algum às dinastias faraônicas, existentes na época em que foram construídas as pirâmides e os templos que ele visita, optamos por listá-las para situarmos o período histórico do Egito faraônico.

Tebas tornou-se a capital do Médio Reinado (o apogeu dessa época compreende o período entre o fim da XI e XII dinastias – 2040-1783 a.C.), devido à unificação do Egito por Mentuhotep II (2061-2010 a.C.). Esse período, de acordo com Cardoso (1994) constituiu uma restauração dos padrões básicos do Antigo Reinado. Mentuhotep adotou uma política externa, com a proteção das minas, pedreiras e rotas comerciais, a tributação e mineração na Núbia e as rotas marítimas com a Fenícia (CARDOSO, 1994), apontando para uma política de expansão das relações entre a sociedade egípcia e povos asiáticos.

A XII dinastia, iniciada por um golpe de Amenemhat, que se torna Amenemhat I, é uma das mais bem documentadas e conhecidas dinastias da história faraônica. Os reis desse período edificaram templos e executaram obras diversas, como os canais que serviam tanto para a agri-

cultura quanto para os oásis. Outro ponto importante nesse período é a consolidação da invasão à Núbia e o estabelecimento do comércio com a Palestina, Síria e Creta. Podemos perceber que o Egito, no seu passado, apresenta uma prática de conquista de territórios.

Entretanto, o Segundo Período Intermediário, que ocorre entre as XIII e XVII dinastias (1783-1550 a.C.) é marcado pelas invasões proporcionadas por asiáticos ou hicsos. As XV e XVI dinastias são formadas por reis hicsos, ocorrendo uma interação entre essas culturas, havendo uma reelaboração da identidade egípcia, pois, com um contato mais íntimo com a Ásia Ocidental, proporcionou a introdução da biga, por exemplo, no cotidiano da sociedade egípcia. Eles intensificaram as trocas comerciais do Egito com a Palestina e montaram um exército profissional e permanente no reino egípcio.

O Novo Reinado compreendeu o período das XVIII e XX dinastias, entre 1540-1070 a.C., em que Tebas se torna a capital administrativa dessa época. Essa mudança, de Mênfis para Tebas, foi necessária uma vez que, com a consolidação da expansão para o Sul, até a quarta catarata, era necessário que a capital administrativa se situasse mais perto do centro para que houvesse um controle mais eficaz desse imenso território. Há implantação de uma política de conquista, que atuou expandindo as fronteiras para o Leste. No Novo Reinado, segundo Barry Kemp (1991, p. 183), há um dualismo estrutural da adoração no templo, sendo recorrente a figura do barco sagrado.

É no Novo Reinado que se localizam o reinado de Amenófis IV, da XVIII dinastia, a qual instituiu uma religião monoteísta no Egito, o culto ao deus Aton e a mudança da capital para Tel el-Amarna; e o reinado de Tutankhamon, também da XVIII dinastia, que assumiu o trono faraônico aos nove anos. Embora a tumba desse faraó ainda estivesse soterrada no vale dos Reis durante o período de Flaubert, sendo descoberta somente em 1922, esse local, que fascina muitos estudiosos desde

o século XVII, não passou despercebido por nosso autor francês: “Nós partimos de Qournah para o vale dos Reis. Terras brancas, sol... Nós acampamos na entrada da tumba marcada n°18” (1986, p. 173).

Ramsés II, da XIX dinastia, que adotou a política de apagar o nome dos construtores de muitos templos e grafar o seu (VERCOUTTER, 1980, p. 72), construiu muitos monumentos no Egito, um desses chamado atualmente de Abu Simbel onde há dois templos de pedra cortada. O grande templo de Abu Simbel era o primeiro de uma série de quatro templos que formavam uma unidade e cada um era dedicado a cada um dos quatro estágios dos deuses: Amun-Re, Re-Horakhty, Ptah e a manifestação divina do faraó; ou seja, há uma temática de associação entre o rei e os deuses locais (GRIMAL, 1996, p. 295). Flaubert também visitou esse templo durante a sua viagem na terra dos faraós: “As colunas – Efeito do sol veio para a porta do grande templo pela metade preencher pela areia: é como por um respiradouro... Ao fundo, três colunas entrevistas na sombra” (1986, p. 128).

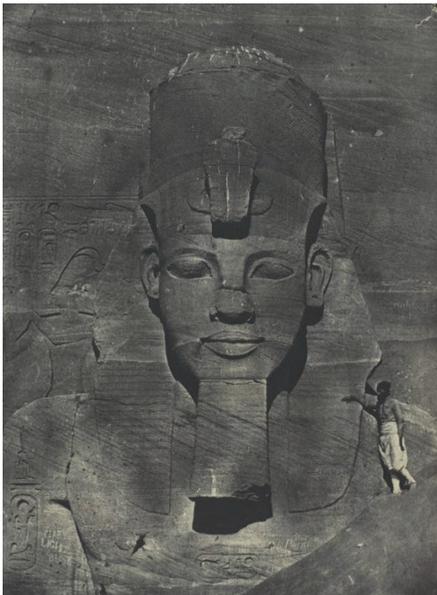
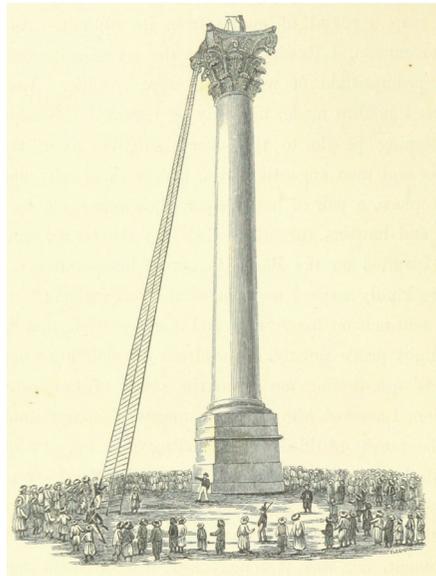


Imagem 10: Templo de Abul Simbel, por Maxime Du Camp. <http://www.artic.edu/aic/collections/artwork/144320>, Domain public.

Fonte: <https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=7533999>

Após a invasão de Alexandre em 332 a.C., o Egito passou a ser governado por reis macedônicos, os ptolomeus. Os gregos, e depois os romanos, fundaram novas cidades no Egito, como Alexandria e Antinópolis, aquela denominada por Flaubert como “bastarda, metade árabe, metade europeia” (1985, p. 43). Essa caracterização é devido ao fato de ela ter sido fundada na costa mediterrânea do Egito por Alexandre, em 331 a.C, tornando-se a capital do Egito helenístico, e centrando a atenção do mundo egípcio em direção ao mundo grego e ao Mediterrâneo, terminando com a morte da rainha Cleópatra VII, em 30 a.C. (BAKOS, 2001, p. 16). São poucos os monumentos antigos remanescentes em Alexandria, o que desapontava os viajantes do século XIX, uma vez que buscavam aquilo que haviam lido nos textos antigos. Flaubert descreve um desses monumentos, a Coluna de Pompeu, dedicada ao Imperador Diocleciano em 299 d.C: “[...]monólito com um esplêndido capitel coríntio e o nome de ‘Thompson of Sunderland’ escrito em pintura negra, sob a base, em letras de três pés de altura” (1986, p. 44).

Imagem 11: Coluna de Pompeu. Image extracted from page 222 of volume 1 of *Ædes Hartwellianæ, or notices of the Mansion of Hartwell.*, by SMYTH, William Henry - Rear Admiral. Original held and digitised by the British Library. Copied from Flickr., Public Domain.



Fonte: <https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=33317914>.

Os reis Ptolomeus também construíram templos ao longo do território egípcio. Segundo Kemp (1991, p. 100), as cenas que cobrem as paredes dos templos revelam uma consciência realçada de sua própria herança de mitologia e ritual. Flaubert descreve um desses templos em Kom-Ombo, construído durante o reinado de Ptolomeu V (204-180 a.C.), mas que recebeu contribuições em sua decoração durante os reinados ptolomaicos seguintes e de imperadores romanos. Algumas inscrições gregas apontam que parte do templo foi dedicada a Apolo, no reinado de Ptolomeu VI Philometor (180-145 a.C.).

Restam treze colunas, elas são cobertas de uraeus, lá é isso que há de mais frequente e mais numeroso... inscrição grega indicando que Ptolomeu e Cleópatra dedicaram... a Apolo e aos outros deuses; é sobre o lintel superior, nós não pudemos ler o resto (1986, p. 148).

Imagem 12: Templo de Kom Ombo, por Henri Bechard - L'Égypte et la Nubie. Grand album monumental, historique, architectural, Paris, Palmieri et Béchard, 1887., Domínio público.



Fonte: <https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=1585062>

Os edifícios monumentais do Egito eram construídos entre os meses de julho e novembro, quando as enchentes do Nilo não permitiam a prática da agricultura. Era também uma época ideal para o transporte dos materiais necessários para a construção dos monumentos, devido à quantidade de água do Nilo. A arte egípcia, para Federico Mella (1981, p. 66), a primeira e a maior na Antiguidade, sendo constituída basicamente de coluna, como as sete colunas que fazem parte de Luxor e notadas por Flaubert (1986, p. 99), e por arquitrave, que seria uma viga mestra disposta sobre coluna ou pilar. Eles também conheciam o arco, que pode ser visto em Beit Khallaf e a abóbada, presente no templo de Ramsés III, em Medinet-Abu.

Imagem 13: Templo de Madinet-Abu, por Giovanni Renica (1808-1884) - Brescia Musei, Domínio público.



Fonte: <https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=45451480>.

Além das conhecidas pirâmides, a arquitetura egípcia também é composta pela escultura e pela pintura. As esculturas eram pintadas e, para proporcionar-lhes a máxima semelhança com o retratado, eram introduzidos olhos de pedras para representar o globo, a córnea, a íris e a pupila (MELLA, 1981, p. 68). As pinturas, que ornavam as paredes dos templos, palácios e tumbas; eram desenhadas em uma superfície plana, apesar de serem tridimensionais. O corpo humano era representado, segundo Mella (1981, p. 70), com a cabeça de perfil, onde o nariz é mais visível; porém, como o olho tornava-se menos visível por essa perspectiva, então ele era desenhado de frente, assim como o tórax, as pernas, os braços e as mãos. Essas representações são descritas por Flaubert, porém, menosprezando a arte egípcia:

[...] como plástica, o conjunto do desenho de todas essas representações é geralmente pesado, grotesco, decadente: os joelhos, no lugar de serem perpendiculares à perna, são colocados para dentro... isso que é feio (1986, p. 107).



Imagem 14: Templo de Philae. National Media Museum from UK - 'Sculptures in the Great Temple, Philae' Uploaded by mr-johncummings. No restrictions.

Fonte: <https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=26198359>

É importante ressaltarmos igualmente o papel exercido pelas mulheres no Antigo Egito. Tal posição sempre despertou a atenção de autores da Antiguidade, como, por exemplo, Heródoto no século V a.C. Christiane Noblecourt, em seu livro *A mulher no tempo dos faraós* (1994, p. 207), salienta que, na Antiguidade, a sociedade egípcia é a única que dotou a mulher de um estatuto igual ao do homem, o que é ilustrado pelos documentos encontrados em escavação, bem como na iconografia de templos e tumbas. Diferente do que acontecia na Grécia, a mulher egípcia tinha a liberdade de decidir para quem iria a sua herança, bem como recebê-la do pai ou do marido. Tanto os filhos como as filhas poderiam receber a herança, partilhada de forma igual, dos pais, o que revela um estatuto jurídico igual para ambos os sexos (BAKOS, 2003, CARDOSO, 2003, NOBLECOURT, 1994). A mulher poderia gerir a herança dos filhos no caso da morte do marido e administrar os bens familiares na ausência dele, além de “possuir bens, adquiri-los, estabelecer livremente contratos ou obrigações” (NOBLECOURT, 1994, p. 208).

O pátrio poder, tão comum na sociedade grega, que estabelecia a tutela do pai ou do marido sobre a mulher, era praticado de uma forma diferente no Egito: a responsabilidade do pai era a de proteger a filha, e não de obrigá-la, por exemplo, a cuidar da casa e dos filhos. Era a filha que escolhia o homem que desejava para ser seu marido, porém deveria respeitar a lei que a obrigava ser virgem e fiel ao cônjuge, uma vez que o adultério era considerado uma falta grave perante a sociedade egípcia. Ao homem também ficava determinada a fidelidade no casamento, não sendo uma obrigação somente da mulher.

Um papel importante que a mulher exercia na sociedade era a responsabilidade pelo nascimento dos novos herdeiros caso fosse filha legítima do faraó, ou seja, a hereditariedade era assumida pela rainha, afirma Cardoso (2003, p. 51-52). Noblecourt (1994, p. 19) descreve a mulher egípcia como a mãe respeitada acima de tudo, a mulher sujeita a

uma estrita lei moral, mas dotada de grande liberdade de expressão. Ela detinha uma total capacidade jurídica, uma surpreendente independência financeira, um impacto na vida familiar devido a sua personalidade, uma gestão dos bens comuns e de seus próprios bens. Um estatuto privilegiado se comparado às outras sociedades antigas; uma “situação... mais avançada do que nas demais sociedades antigas documentadas” (CARDOSO, 2003, p. 84), além da plena legitimidade para assumir o trono (GRALHA, 2005, NOBLECOURT, 1994). Mais adiante, perceberemos que Flaubert não se refere a esse fato e focaliza somente as mulheres egípcias pertencentes às camadas sociais mais desfavorecidas.

Após essa breve introdução sobre alguns aspectos históricos da sociedade do Antigo Egito, passaremos à análise do diário de bordo de Flaubert. Essa análise abarcará as discussões já realizadas nos capítulos anteriores, acerca de como a literatura pode ser usada como uma fonte histórica, e também sobre as influências que o imperialismo e a consolidação das identidades nacionais exerceram sobre os *olhos* dos viajantes europeus do século XIX.

AS REPRESENTAÇÕES DO ANTIGO EGITO EM FLAUBERT

O fascínio pelo Antigo Egito remonta à Antiguidade. E como exemplos, têm-se as obras de Heródoto, Diodoro da Sicília, Estrabão, Plutarco e Ptolomeo, que resistiram ao tempo e se tornaram referências para o estudo da sociedade egípcia, juntamente com a cultura material e os papiros remanescentes das épocas dos faraós (GRIMAL, 1996). Durante a Idade Média, foram os peregrinos, os antiquários e outros viajantes que incluíram o Egito em suas rotas e em seus relatos. As primeiras visitas em busca dos objetos de valor dessa região começaram nos anos finais do século XVI e no início do século XVII.

Entretanto, a multiplicação de interesses pelo Egito ocorreu depois que Napoleão Bonaparte (1769-1821) invadiu Alexandria, em 1798 e, dessa forma, não somente o Egito, mas todo o Oriente tornou-se um lugar comum a novas pesquisas e viagens.

A expansão da arqueologia no século XIX despertou a imaginação e a curiosidade dos europeus pelas antigas sociedades orientais. Assim sendo, as pesquisas científicas propagaram diversas informações sobre esse novo mundo. Nesse sentido, os diários de bordo tornaram-se um item indispensável na bagagem dos viajantes, principalmente durante o século XIX, quando as viagens ao Oriente fizeram parte do itinerário de qualquer pessoa interessada em conhecer novas culturas e sociedades.

Além das narrativas de viagem de Gerard de Nerval, contemporâneo de Flaubert, de Gustave Flaubert, a fonte escolhida para esse livro, e de Eça de Queirós, que desembarcou em Alexandria em 1869, uma série de trabalhos foi publicada sobre o Egito na França no início do século XIX, dentre os quais se destacam: *Voyage dans la Basse et la Haute Égypte* (Viagem no Baixo e Alto Egito), do Barão Vivant Denon, *Description de Égypte* (Descrição do Egito), por ordem de Napoleão Bonaparte, *Précis du système hiéroglyphique des anciens Égyptiens* (Sumário do sistema hieroglífico dos antigos egípcios), de Jean-François Champollion e *Manners and customs of the modern egyptians* (Maneiras e costumes dos modernos egípcios), de 1838, escrito por William Lane, que se tornaram uma leitura indispensável para um conhecimento prévio do território a ser visitado.

Como vimos no segundo capítulo, as sociedades criadas para o estudo da Antiguidade Oriental espalham-se pelas principais capitais europeias e pelas maiores cidades orientais, realizando investigações que abrangiam a biologia, a história, a geografia, facilitando, portanto, a apropriação do Leste realizada pelo Ocidente durante o século XIX.

Flaubert, em algumas passagens, apresenta indícios de que teria

consultado esses trabalhos antes de sua partida para o Egito. Em Mahatta, ele vê dois turcos fumando perto de um muro circular, o que para ele “[...] era como uma gravura, uma visão do Oriente em um livro” (1986, p. 114).

Esse autor descreve as várias cidades por onde passa, entretanto, em Beit-el-Ouali, ele escreve: “Ver a descrição de Champollion o jovem no seu *Lettres sur la Nubie*” (1986, p. 142). E em El-Kab ele faz a mesma anotação, citando além do “Egito de Champollion’, ‘Figeac, *Univers pittoresque*” (1986, p. 152), mostrando ser um leitor atento às publicações sobre o Egito lançadas na Europa.

Assim, escolhemos como fonte para este livro o diário de bordo de Gustave Flaubert, um viajante ilustre que, ao descrever uma parcela do Antigo Egito, mesclando os detalhes que percebeu ao longo da viagem, demonstra influências da doutrina adotada pela França na época, a qual representava um direito à expansão de suas fronteiras.

Imagem 15: Mapa do Egito em 1803. By Ottoman Empire - This image is available from the United States Library of Congress's Geography & Map Division under the digital ID g3200m.gct00235. Public Domain.



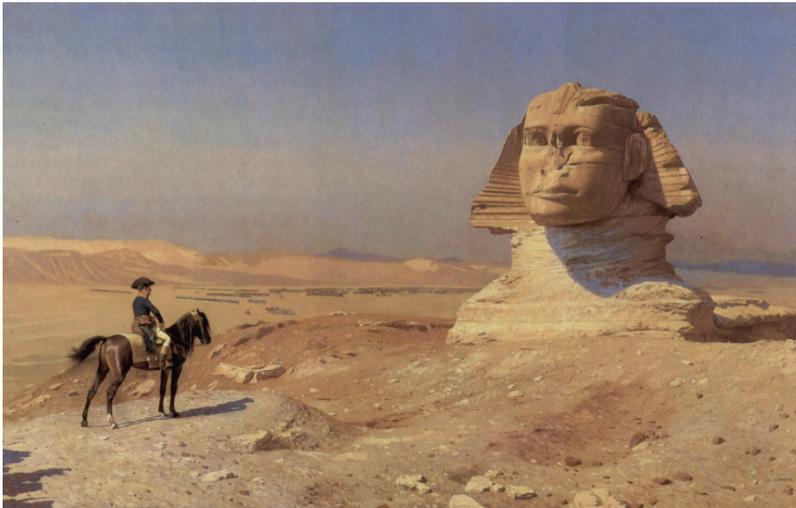
Fonte: <https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=40096529>

Desse modo, organizaremos esta parte do livro da seguinte maneira, a saber: as apropriações dos monumentos do Antigo Egito; a descrição da arquitetura do Antigo Egito; a profusão de cores no Egito; mulheres e homens no diário de bordo: alusões à Antiguidade; raça; e, por fim, os sentimentos. Essa divisão fez-se necessária para auxiliar na maneira como o literato em questão visualiza os resquícios antigos no território egípcio.

a) As apropriações dos monumentos do Antigo Egito

Flaubert, em várias passagens de sua narrativa de viagem, depara-se com nomes de viajantes europeus grafados nas pedras constituintes de templos, muros ou pirâmides do Egito, prática essa que sinaliza uma relação de posse do Antigo Egito por parte do viajante europeu.

Imagem 16: Bonaparte diante da Esfinge, por Jean-Léon Gérôme — Art Renewal Center, Domaine public.



Fonte: <https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=151554>

Os monumentos e a história do Egito “pertenciam-lhe”, portanto, poderiam removê-los para as cidades europeias – como o obelisco que está em Paris, que “se encontrava contra o pylône da direita” (FLAUBERT, 1986, p. 160) –, complementando o acervo dos museus europeus, ou simplesmente deixar o seu nome inscrito neles. No interior de uma das pirâmides do já citado vale de Gizé, a de Quéfren, encontra-se o nome do engenheiro e explorador das antiguidades egípcias Giovanni Belzoni: “Sob o nome de Belzoni, e não menor, é aquele de M. Just de Chasseloup-Laubat” (1986, p. 62).

Imagem 17: Parada do exército francês em Syene 02 de fevereiro de 1799, por Jean-Charles Tardieu - [1], Public Domain.



Fonte: <https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=17890134>

Em Kom Ombo, há um templo dedicado à Ísis, onde Flaubert encontrou novamente nomes grafados na fachada do templo:

Para mim os nomes de viajantes, S. Chasseloup-Laubat, oficial francês, 1825, e Darcet; a data é ilegível. O nome tem sido gravado por pequenos buracos, e é sob a fachada do templo, um pouco a direita, na altura de um homem (1986, p. 149).

O templo de Esneh, perto de Assuã, cidade localizada perto da primeira catarata do Nilo, do lado oriental, teve a sua construção iniciada durante o reinado de Ptolomeu VI (180-164 e 163-145 d.C.) e completado por Decius (249-251 d.C.). Estabeleceu-se inicialmente na larga ilha de Elephantine, sendo a maior fonte de granito no Egito faraônico. Esse templo era dedicado a duas divindades distintas: Khum, o deus criador, e a deusa Neith. Mais uma vez, Flaubert relata que há nomes inscritos nos muros do templo: “Sobre as lajes coroando os muros (telhado do templo), os nomes de soldados franceses. Muro do leste, e a data 1799: Louis Ficelin, Ladouceur, Lamour, Luneau, François Dardant” (1986, p. 108).

O Templo de Esneh situa-se no Alto Egito, e essa passagem demonstra até onde o exército de Napoleão Bonaparte conseguiu alcançar e conquistar no final do século XVIII e início do XIX. Flaubert tem uma opinião para tantos nomes escritos nos monumentos: “A gente se irritou com a quantidade de nomes de imbecis escritos por tudo” (1986, p. 62).

Essa irritação que Flaubert sentiu ao ver essas inscrições sugere que, para ele, esses resquícios do Antigo Egito pertenciam ao Estado francês, não àqueles que deixaram seus nomes marcados nos monumentos. Essas sugestões remetem-nos à questão da formação da identidade nacional francesa durante o século XIX, que necessitava de um outro com características completamente opostas àquelas determinadas como ocidentais. Dessa forma, a conservação dos monumentos arquitetônicos serviria de contraponto sempre que a França precisasse afirmar a sua identidade europeia.

b) A descrição da arquitetura do Antigo Egito

Uma prática muito usada durante as expedições científicas do século XIX era a preocupação em descrever tudo que estava ao alcance dos olhos, e o diário de Flaubert insere-se nessa prática. A arquitetura do Antigo Egito é o tópico recorrente em suas anotações. Primeiramente, é o Vale de Gizé, onde se encontram as grandes pirâmides e a Esfinge, que ele relata, destacando algumas impressões dos monumentos que vê: “Ela crescia, crescia e saía da terra como um cachorro que se levanta... Nós paramos diante da Esfinge, ela nos olhava de uma maneira assombrosa” (1986, p. 59).

Imagem 18: A Esfinge. por Maxime Du Camp - NwEbGWwhkT-_pA at Google Cultural Institute, zoom level maximum, Public Domain.



Fonte: <https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=29715224>

A Esfinge, que o olha de maneira assombrosa, é uma criação puramente egípcia, sendo parte leão, parte homem; uma criatura metamórfica, combinando o vigor animal e a inteligência humana. Há um debate sobre quem realmente teria construído a Esfinge. A única certeza é que sua construção ocorreu na IV dinastia, mas pode ter sido Quéops, Djedefre, Quéfren ou Miquerinos.

Essa construção está localizada no chamando Vale de Gizé, um complexo que compreendia, além das pirâmides de Quéops, Quéfren e Miquerinos, templos, palácio real e prédios administrativos. Houve um abandono desse complexo durante o Primeiro Período Intermediário, mas foi retomado durante o Médio Reinado.

Flaubert também visita o templo localizado em El-Saboua, construído provavelmente por Ramsés II: “[...] duas colunas de aproximadamente dez a doze pés, o pé esquerdo em diante; inclusive das esfinges. As duas primeiras... são perto das colunas...” (1986, p. 133).

Outro monumento descrito por Flaubert é o de Medineh-Habu, localizado perto de Tebas: “[...] a direita as colunatas de Amenofis bordadas na sua extremidade por algumas coberturas” (1986, p. 167).

Flaubert também relata o Templo de Hamada, situado na cidade de Korosko:

O templo é recoberto por grandes lajes... as quais muitas são carregadas de inscrições gregas ilegíveis. Há sobre essas lajes ondulações regulares naturais, como seriam as ondas... Uma porta quadrada, uma cor transversal sobre aquela se abrem às três portas de três cores paralelas que, pelo fundo, comunica-se entre eles. Nos pronaos, os caracteres são profundamente entalhados; no templo, eles são em relevo e pintados como as figuras (1986, p. 119).

Ele navega por toda a extensão do rio Nilo no território egípcio,

chegando ao templo em Dakkeh, o qual se preocupou em descrever com variados detalhes:

“Templo em arenito – *Pylône*: a gente subiu dentro por uma escada que clareou por um respiradouro... de lugar a lugar, pequenas salas. Sobre o planalto de *pylônes*, o acabamento, exteriormente recoberto, feito parapeito. De cada claraboia superior antigamente quadrados como todas as outras aberturas de *pylônes*” (1986, p.136).

Imagem 19: Dakkeh. Domínio público.



Fonte: <https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=1768098>

A importância da descrição desses monumentos no diário de Flaubert pode estar relacionada com o pensamento orientalista da época, que busca encontrar, através de expedições arqueológicas, as edificações erguidas pelas antigas sociedades orientais. No nosso caso, a narrativa de bordo ilustra o apogeu da sociedade egípcia, ao descrever com riquezas de detalhes a arquitetura construída ao longo do território. Logo, Flaubert está mostrando para a sociedade europeia as conquistas que ela está realizando através das invasões dos territórios pelo Oriente.

c) A profusão de cores no Egito

Não eram somente os monumentos que chamavam a atenção de Flaubert. As várias tonalidades de cores com as quais ele se deparou também o encantavam – e isso não deixou de ser uma constatação verificada em suas primeiras leituras sobre o Antigo Egito – principalmente as cores refletidas pelo sol no vale do Nilo, descritas em várias passagens, ao longo da narrativa de viagem:

Ao cair do dia, o céu tornou-se todo vermelho à direita, e todo amarelo à esquerda. – as pirâmides de Sakkarah cortavam em cinza no fundo vermelho do horizonte. Era uma incandescência que tinha todo esse lado do céu e o cortava com uma luz de ouro... Sobre a outra margem, à esquerda, era uma tinta rosa – mais aproximada de uma terra de cor rosa. A cor rosa, à medida que subia, enfraquecia-se, tornando-se amarela, depois um pouco verde – o verde pálido e, por um branco insensível, ganhava um azul que fazia a abóbada sobre nossas cabeças no interior da qual se fundia a transição (brusca) de duas grandes cores (1986, p. 23).

O sol se levanta diante de mim; todo o vale do Nilo, banhado no nevoeiro, parecia um mar branco imóvel, e o deserto atrás, com seus montículos de areia,

como um outro oceano de um violeta sombrio cuja cada onda tinha petrificado (1986, p. 60).

Ao sol deitado, o Nilo é todo liso, o céu rosa, a terra negra; sobre o azul do rio uma tinta rosa, reflete do céu; diante de nós [...] (1986, p. 92).

Não era somente o colorido do Nilo que impressionava Flaubert. A gradação de cores das roupas, principalmente aquelas usadas pelas mulheres, também foram registradas no diário de bordo: “vestimentas claras, elas umas sobre as outras, que flutuavam no vento quente; os vestidos azuis em torno do corpo das negras” (1986, p. 97).

Esse fascínio com as tonalidades de cores aponta para o vislumbre que o novo mundo oriental exerceu em Flaubert. Hartog (1999, p. 259) lembra-nos de que esse vislumbre, essa diferenciação é uma das etapas de construção do outro, pois ao descrevê-lo, tem-se a sua classificação.

Essas viagens ao Oriente vão ao encontro da curiosidade europeia (suscitada pela produção científica e literária da época), sendo favorecidas pelas sociedades de estudos que se multiplicaram pelas regiões orientais. Tais sociedades, por sua vez, eram incentivadas pelas corridas imperialistas e colonialistas que ocorreram durante o século XIX.

d) Mulheres e homens no diário de bordo alusões à Antiguidade

As mulheres egípcias, que apresentavam – conforme relatado na primeira parte deste capítulo – um estatuto privilegiado na sociedade faraônica se comparado às outras sociedades, são pouco citadas no diário de bordo. Uma cena envolvendo mulheres que lhe chama a atenção é a de um barco, ocupado por escravas, que navegava pelo Nilo:

Essas mulheres são acutiladas de tatuagens; no se-

gundo barco havia uma que tinha as suas costas assim marcadas de cima em baixo, isso fez todo o longo do lombo de linhas de qualquer enchimento arredondado sucessivos, cicatrizes de cortes cicatrizadas ao ferro quente (1986, p. 123).

Portanto, Flaubert não comenta sobre as mulheres no Antigo Egito, porque durante o século XIX as informações sobre as mulheres eram restritas àquelas que tiveram um maior destaque na sociedade, como Cleópatra e Joana d'Arc, não havendo uma preocupação em versar sobre as escravas egípcias, seja na Antiguidade ou no século XIX. Assim, as análises que revelam que as mulheres egípcias tinham um estatuto jurídico diferente comparado ao de outras sociedades, conforme descrito anteriormente, só irão ocorrer após a segunda metade do século XX.

Além disso, ao relatar mulheres escravas, podemos fazer uma inferência de que o Oriente era visto como um escravo pelo Ocidente. Devemos lembrar que durante o século XIX, os escravos vendidos para várias sociedades na América e na Europa eram provenientes da África, e um desses lugares era o destino das escravas descritas por Flaubert.

A situação dos homens árabes era um pouco diferente da das mulheres. Flaubert aprendeu muito sobre a história do Egito com os seus guias árabes e também com homens comuns que habitavam as margens do Nilo. A sua curiosidade faz com que ele se identifique com essas informações, como a descrição da aparência de Napoleão que ele ouviu de um homem que o conheceu: “Pequeno, sem barba, a mais bela figura que ele jamais tinha visto, bonito como uma mulher, com os cabelos todos loiros; ele fazia indistintamente esmola aos judeus, aos cretenses e aos mulçumanos” (1986, p. 75).

Flaubert valoriza os homens árabes porque absorveu informações sobre o Antigo Egito e fatos recentes dos guias que o acompanharam na sua viagem. Porém, as imagens que ele constrói a partir dessas in-

formações, que são marcadas pela subjetividade, assemelham-se com as realizadas por Heródoto, inserido no contexto imperialista grego, que reproduzia as histórias que ouvia em sua viagem a terras dos faraós, mas de sua maneira, na maioria das vezes escritas como um discurso indireto.

O autor também relata aquilo que ouvia da sua maneira, uma prática que indica a influência do discurso orientalista e imperialista durante o século XIX, uma vez que o que se aprendia sobre o Oriente deveria ser passado por um intérprete europeu, antes de ser apresentado aos leitores ocidentais. E, através desse processo, a classificação do outro é reiterada, mas pelos olhos de um único lado, o europeu.

e) Raça

Há passagens no diário de bordo, escrita quando Flaubert estava em Djeddah, que poderia passar despercebida aos nossos olhos se não tivéssemos em mente o contexto em que o nosso viajante estava inserido, como se mostra a seguir:

Elas têm as vestimentas azul céu, amarelo vivo, rosa, vermelho, todas essas cortada sobre a cor de peles diferentes (1986, p. 97).

Os homens do Sênar são gorduchos, sem musculatura saliente; peito desenvolvido e seios pontudos como uma mulher (1986, p. 125).

Há, eu creio, na raça negra, muita variedade ainda mais que na raça branca. Compare o negro do Sênar (tipo indiano, caucasiano, europeu, puro negro) com o negro da África central: a cabeça do negro de Guiné é uma cabeça de Júpiter de lado (1986, p. 188).

Sem as discussões realizadas no segundo capítulo acerca dos estudos científicos que eram desenvolvidos pela Europa no século XIX, talvez

não entendêssemos a necessidade de Flaubert em escrever esses trechos em seu diário. A discussão sobre o conceito de raças tornava-se recorrente nos centros de pesquisas europeus. Para determinar as diferenças cruciais entre elas utilizavam-se vários testes, inclusive o que media e comparava o crânio de esqueletos encontrados em escavações arqueológicas com aqueles de pessoas que eram convidadas a participar dos testes.

Dessa forma, buscavam estabelecer dados que assegurassem a hegemonia dos europeus no topo do processo evolutivo estudado por Charles Darwin. Assim, podemos ilustrar como as obras literárias podem ser usadas como fonte histórica para o conhecimento da história e da cultura das sociedades.

f) Os sentimentos

Flaubert transmitiu em seu diário as suas sensações ao longo da viagem, como a primeira vez que andou de camelo, que parece não ter sido uma sensação muito agradável, como exemplifica sua fala ao descer do animal: “Impressão solene e inquieta quando eu senti meu pé se apoiando sobre a terra do Egito” (1986, p. 43).

Em Luxor, atual Tebas, Flaubert deixa transparecer o seu encanto pelas antiguidades do Oriente:

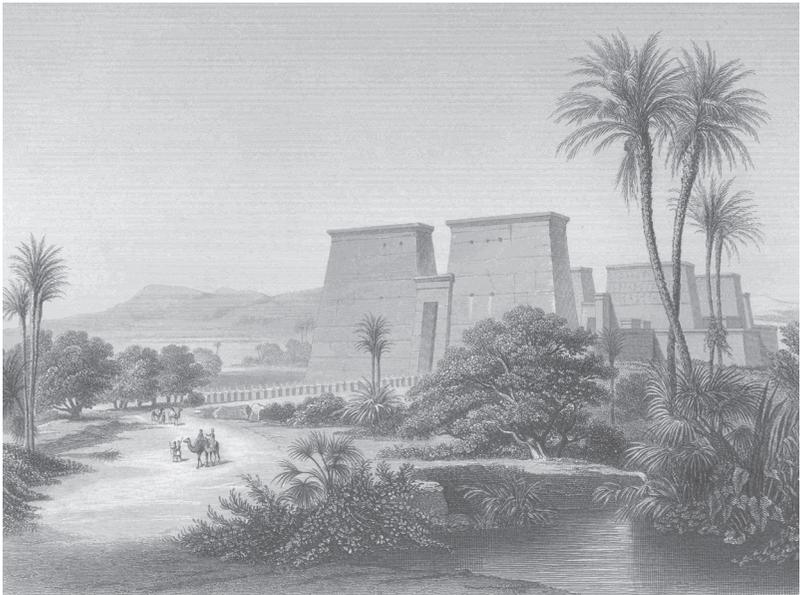
[...] eu senti subindo do fundo de mim um sentimento de felicidade solene que ia ao encontro desse espetáculo, e eu agradei a Deus no meu coração de me ter feito apto a desfrutar dessa maneira; eu me sentia com sorte para pensá-la, embora ele me parecesse, entretanto, não pensar em nada; era uma prazer íntimo de todo o meu ser (1986, p. 100).

A área de Tebas, que se tornou capital do Antigo Egito durante partes da XI dinastia e durante o Novo Reinado, inclui os dois lados do

Nilo. Na parte oriental encontra-se a cidade de Waset, que tinha dois templos do Alto Egito, o templo de Karnak ao norte e o templo de Luxor ao sul, e no lado ocidental, cemitérios reais e numerosos complexos de templos.

Talvez o primeiro santuário de Karnak seja da época do início da XII dinastia. Entretanto, somente no Novo Reinado, quando Tebas é escolhida como centro do governo egípcio, é que Karnak torna-se o centro do culto de Amon, o principal responsável divino e o protetor do império, com sua esposa Mut e seu filho Khonsu. Esse templo também foi explorado por Flaubert: “Karnak me parece mais bonito e maior que nunca. Tristeza em deixar as pedras! Por quê?” (1986, p. 179).

Imagem 20: AKarnak, por Albert Henry Payne nach Pape - Berlin und seine Kunstschatze, Payne Leipzig und Dresden, ca. 1850, Public Domain.



Fonte: <https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=312797>

Flaubert, depois de se maravilhar com o Antigo Egito, elogia um gesto árabe em seu diário, apesar de estar envolvido em uma época que considera os povos orientais como bárbaros: “O homem na terra, alongando os braços para apertar a mão ou oferecer alguma coisa ao homem montado sobre seu camelo, é um dos mais belos gestos orientais” (1986, p. 181).

Essas passagens selecionadas refletem o sentimento de um viajante que se depara com um mundo novo pela primeira vez. Com Flaubert não seria diferente; ele chega ao Antigo Egito procurando as imagens que construiu através das leituras que realizou nas bibliotecas europeias, e que o encantou a ponto de ele sentir tristeza por ter de ir embora. Porém, não podemos esquecer que ele carrega para o Oriente as ideias presentes no século XIX, que serão discutidas no próximo tópico, apresentando um sentimento diferente ao vislumbre.

g) A crítica de Flaubert

São muitas as passagens em que Flaubert evidencia a influência do discurso imperialista do século XIX, que caracteriza o Oriente como um lugar bárbaro, sem elementos positivos, salvo os resquícios de suas antigas sociedades. Dirigindo-se a Edkou, Flaubert nos apresenta como ele vê o Egito: “Uma cange em tartana passa em cima: eis ali o verdadeiro Egito, efeito melancólico e aborrecedor; vós pressentis já alguma coisa de imenso e de implacável no centro do qual vós vos perdestes” (1986, p. 49).

Em Midenet el-Fayoum, Flaubert relata a decepção em ver os templos em ruínas. Essa cidade fica no Delta do rio Nilo, e são poucas as cidades localizadas nessa região que mantiveram os seus templos sagrados em pé: “Tumbas em ruínas, que parecem a do fundo do fracasso; das coisas miseráveis, dos ossos brancos aparecendo mesmo na terra, como uma galantina cortada pela metade” (1986, p. 91). Essa passagem reforça

o discurso binário de inferioridade e superioridade recorrente no século XIX, o que, para nós, pode ser colocado como um discurso que tem por objeto a classificação do outro, ressaltado por Hartog.

No templo de Esneh podemos perceber que Flaubert caracteriza a pintura parietal egípcia como repetitiva: “Ao fundo, porta ao meio, duas outras menores; os muros são cobertos de grandes desenhos representando a apresentação de oferendas às divindades, por toda a parte as mesmas cenas são repetidas” (1986, p. 107).

Entretanto, Flaubert afirma que os hieróglifos encontrados nos templos e pirâmides construídos ao longo do Egito são: “[...] diferentes; isso não é, pois uma repetição da mesma coisa, ainda que todas essas repetições se pareçam” (1986, p. 175).

Essa imagem de que as representações são repetitivas deve-se ao fato de Flaubert ter visitado muitos templos, onde encontramos várias cenas de adoração e oferendas aos deuses egípcios. Como talvez Flaubert reconhecesse poucos deuses, uma vez que ele havia estudado o Antigo Egito nas bibliotecas francesas, ele acredita que todas as cenas sejam sempre iguais. E essas representações culturais são marcadas pela alteridade, uma vez que o objetivo fundamental, segundo Hartog (1999, p. 316), era apontar a diferença entre eu e o outro. E ao apontar essas diferenças, ocorre a formação da identidade francesa, oposta a todas as características orientais.

Imagem 21: Pilastra em Karnak. Maxime Du Camp - Time-Life International, Die Photographie, Große Photographen, 1973, Page 38, ISBN 90-618-2015-4, Public Domain.



Fonte: <https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=3573953>.

O que chamou mais a nossa atenção durante a leitura do diário de bordo foi a afirmação feita pelo autor após ter descrito com tantos detalhes os templos e as tumbas do Antigo Egito:

Reflexão: os templos egípcios me entediam profundamente. É que isso vai tornar-se como as igrejas da Bretanha, como as cataratas dos Pirineus? Ô a necessidade! Fazer aquilo que é necessário fazer; ser sempre, segundo as circunstâncias (e ainda que a repugnância do momento vós dela desviado), como um jovem homem, como um viajante, como um artista, como um filho, como um cidadão, etc., deve ser! (1986, p. 129).

Nem a arte parece agradar o nosso viajante francês. Em El Kab, atual Nekhbet, situada no Alto Egito, existem dois templos: o maior dedicado a Nekhbet, construído provavelmente por Nektanebo II (360-343 a.C.), e o menor, construído por Ramsés II e dedicado a Sobek e Thot, onde Flaubert afirma que: “Nada é mais divertido como essas pinturas que se libertam da rigidez implacável da arte egípcia” (1986, p. 152).

Depois de apresentadas algumas passagens que procuram ilustrar melhor como o diário de bordo é constituído, façamos algumas considerações finais do capítulo neste momento. A primeira confirma a discussão referente ao uso das obras literárias como fonte de pesquisas para estudos históricos. Há passagens que forneceram elementos que nos auxiliaram a reconstruir algumas características do contexto em que Flaubert estava vivendo.

O autor demonstra necessidade de descrever todos os templos, cidades e tumbas que via, prática essa recorrente das produções científicas da época, além da forma como ele lida com o Antigo Egito. Os estudos sobre a questão de raça foram percebidos na narrativa de viagem, bem como o discurso de inferioridade e superioridade, recorrente na descrição das sociedades Orientais.

Apesar do vislumbre inicial com as construções e cores que divergem das conhecidas na Europa, Flaubert acaba, através das etapas de construção do outro, citadas por François Hartog (1999) no primeiro ca-

pítulo – comparação, inversão, analogia e *thôma* –, reproduzindo um discurso que tem por finalidade justificar a invasão dos franceses no Oriente com o intuito de levar a civilização e as novidades europeias a esses povos. Outro ponto levantado nesse capítulo aponta para a construção de uma identidade francesa oposta a todas as características egípcias, a partir da representação cultural dessa sociedade.

Ainda que Flaubert tenha se mostrado decepcionado com algumas paisagens, ele se encanta com o Egito, como todos os viajantes que buscam novas culturas: “Eu não vi indo embora no horizonte a terra do Egito, eu não lhe fiz meus últimos adeus!... Eu retornarei lá?” (1986, p. 206).

Entretanto, Flaubert não retornou à terra dos faraós. O diário de bordo dessa viagem somente foi lançado em 1910, contribuindo para a construção de um imaginário do Antigo Egito nos seus leitores, além de influenciá-los a tornarem-se futuros viajantes.

CONCLUSÃO

Ainda que o nosso livro já apresente em seu corpo várias colorações conclusivas, acreditamos ser pertinente destacar e reafirmar, neste momento, algumas observações que consideramos importantes sobre o diário de bordo de Gustave Flaubert, complementando, assim, algumas questões que foram debatidas nos capítulos anteriores.

Ressaltamos, inicialmente, que concordamos com a posição dos autores apresentados no primeiro capítulo acerca do uso de obras literárias para o estudo das sociedades, sejam elas antigas ou contemporâneas, pois essas narrativas são influenciadas por outros documentos que carregam características do contexto social, político e histórico no qual seus escritores estão inseridos. Devemos, dessa forma, analisar o texto e o contexto juntos, percebendo como os literatos relacionam-se com a sociedade do seu tempo, conforme nos lembrou Nicolau Sevcenko (1983) na primeira parte desse volume. Entretanto, não pretendemos afirmar que as produções literárias reflitam sem distorções o momento em que o autor vive, mas consideramos a parcela de ficção que o escritor utilizou para adaptá-la melhor à trama de sua história.

Como demonstramos, Flaubert deixou transparecer, em algumas passagens de sua narrativa de bordo, teorias que estavam sendo elaboradas no século XIX por meio de investigações científicas, como a questão da superioridade e inferioridade das raças. Tal ideia foi defendida pelo darwinismo social, teoria que adaptou as investigações realizadas por Charles Darwin sobre a evolução das espécies no campo da biologia para os estudos antropológicos. Foi através desse discurso que a França justificou a sua política de expansão das fronteiras nacionais, permitindo que ela invadisse e posteriormente conquistasse os territórios orientais.

É nesse momento que o orientalismo é criado, segundo Said

(1990), aliando a força cultural, pois cabe ao Ocidente repassar as informações sobre o Oriente, à força militar, garantindo a permanência dos territórios orientais sobre o jugo da Europa. Mais uma vez sublinhamos que havia um plano de dominação do Oriente, tanto cultural quanto militar, contudo isso não aconteceu de forma pacífica; houve resistências por parte dos nativos dessa região (SAID, 1995).

Com o orientalismo, a França apropriou-se da Antiguidade oriental como um contraponto para a constituição da sua identidade nacional durante o período oitocentista. Ao determinar características ao *outro*, através das etapas enunciadas por Hartog (1999), o francês elabora a sua própria identidade. Entretanto, devemos lembrar que não existe uma identidade homogênea na sociedade (JONES, 2003), mas identidades plurais que são construídas, no caso estudado nesse livro, de acordo com o contato, e depois, a classificação do oriental.

Apesar do Oriente, como um mundo novo, maravilhar os europeus, devido aos seus monumentos arquitetônicos antigos, ele é desvalorizado, tornando-se o local onde todas as características opostas àquelas desejadas pela França estão presentes. Assim, percebemos como o Antigo Egito pode até fascinar Flaubert em um primeiro momento, mas logo essas impressões mudam, e passam a ser aspectos que depreciam essas sociedades orientais, e enaltecem, em segundo plano, os territórios ocidentais.

O estabelecimento de um ideal de identidade francesa contribuiu para a disseminação do sentimento nacionalista nessa sociedade durante o século XIX. Tenta-se estabelecer uma cultura nacional em toda a França, juntamente com a imposição de uma única língua e da constituição de uma memória coletiva, perpetuada através da produção de monumentos comemorativos (LE GOFF, 2003; RÉMOND, 1981). O intuito desse projeto era o de gerar um sentimento, nas várias localidades existentes, de pertencimento àquele território, fortalecendo a busca pela instituição do Estado nacional francês. Porém, os grupos responsáveis por esse projeto

não levaram em consideração o caráter plural da sociedade, que manteve algumas características de suas culturas, à revelia do governo francês.

No último capítulo, quando fizemos uma breve introdução sobre o Antigo Egito, mencionamos o caráter divino creditado à escrita hieroglífica (BAKOS, 2001). O escriba, por receber os ensinamentos relativos à forma de escrever, não somente registrava um nome, mas acabava criando-o. Logo, o escriba detinha um poder sobre esses nomes criados. Essa relação de criação e poder pode ser observada nas representações sobre o Oriente ocorridas durante o período oitocentista, ressaltando-se que estamos discutindo períodos históricos distintos.

Como vimos anteriormente, a Antiguidade oriental, que era apresentada na Europa, fora criada pelos orientalistas através das pesquisas incentivadas pelas sociedades de estudos fundadas em várias capitais europeias e em algumas cidades do Leste. Esses estudos tinham o intuito de constituir um conhecimento que se tornaria fundamental na relação de poder do Ocidente sobre o Oriente (SAID, 1990; TODOROV, 1999; TURNER, 2000). No momento em que Flaubert, por um lado, relata o Antigo Egito em seu diário de bordo, ele está, por outro, gerando um saber que dotará a sociedade francesa de argumentos os quais a auxiliariam na manutenção dessa relação de poder sobre a terra dos faraós.

Um ponto importante a ser ressaltado aqui se deve ao fato de encontrarmos textos que analisam a produção literária de Flaubert, como os trabalhos dos autores discutidos no primeiro capítulo. Entretanto, notou-se que, através do levantamento realizado, a narrativa *Viagem ao Egito*, escolhida como fonte histórica deste livro parece não ter sido ainda estudada pelos historiadores, revelando o caráter inovador desta obra.

Na elaboração do segundo capítulo, percebemos a dificuldade em relatar as várias esferas que compõem a sociedade egípcia do século XIX. Isso se deve ao fato de essa sistematização da história ocorrer somente

ao final do período oitocentista, com o estabelecimento do positivismo como modelo teórico. Assim, o diário de bordo auxiliou-nos na tentativa de interpretar o Egito no momento em que foi escrito. Esperamos, dessa forma, que o nosso livro possa instigar novas pesquisas sobre a sociedade egípcia do século XIX, e também acerca dos usos do passado (MOMIGLIANO, 1997; FINLEY, 1989; VIDAL-NAQUET, 2002; TRABULSI, 1998; FUNARI, 2006 e SILVA, 2007), a partir do momento em que procuramos entender o Egito através de um literário francês que se utilizou das imagens do passado para descrevê-lo.

As passagens selecionadas no terceiro capítulo apontam para as diversas sensações que Flaubert relatou no seu encontro com os resquícios da antiga sociedade egípcia. O contato com as cores e os monumentos egípcios, que Flaubert relata com uma riqueza de detalhes, aponta para o vislumbre que o mundo novo imprime no viajante europeu. Entretanto, com o passar da viagem, o encantamento se dissipa, e o discurso imperialista de superioridade do ocidental, presente no contexto francês, manifesta-se nas lentes com as quais se observava o Oriente, menosprezando, de certo modo, toda essa cultura material produzida pelos antigos egípcios (SAID, 1990).

Procuramos, ao longo desse livro, perceber como o discurso imperialista influenciou a maneira como o nosso viajante descreveu a sociedade do Antigo Egito, através da análise das representações realizadas por ele em sua narrativa de viagem. Para tanto, achamos necessária a apresentação de vários elementos que nos auxiliaram na escrita dessa obra. As conclusões apresentadas neste volume não têm por objetivo finalizar as discussões apresentadas, mas salientar as nossas interpretações e ampliar novas possibilidades de pesquisas sobre a interface entre a História Antiga e a Contemporânea.

BIBLIOGRAFIA

Fonte:

FLAUBERT, Gustave. Voyage en Egypte: octobre 1849-juillet 1850; présentation de Catherine Meyer; photographies de Maxime Du Camp. Paris: Editions Entente, 1986.

Obras de referência:

ALMOND, Gabriel. **Una disciplina segmentada**. Escuelas y corrientes en las Ciencias Políticas. México: Fondo de Cultura Económica, 1999.

ARENDT, Hanna. **As origens do totalitarismo**. Rio de Janeiro: Documentário, 1976.

ASHCROFT, Bill; AHLUWALIA, Pal. **Orientalism, in Edward Said**. London: Routledge, 2001.

BAKOS, Margaret Marchiori. Desdobramentos de um desejo. In FUNARI, Pedro Paulo, FEITOSA, Lourdes Conde, SILVA, Glaydson José (orgs). **Amor, desejo e poder na antiguidade**: relações de gênero e representações do feminino. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

BAKOS, Margaret Marchiori. **Fatos e mitos do antigo Egito**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1994.

BERNAL, Martin. Atenea Negra. **Las raíces afroasiáticas de la civilización clásica**. v.1. Barcelona: Crítica, 1993.

BERNAL, Martin. Atenea Negra A imagem da Grécia antiga como uma ferramenta para o colonialismo e a hegemonia europeia. In FUNARI, Pedro Paulo Abreu (Org.). **Repensando o Mundo Antigo**. Campinas: IFCH/UNICAMP, 2003.

BOURDIEU, Pierre. A conquista da autoridade. A fase crítica da emergência do campo. In BOURDIEU, Pierre. **As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

BURKE, Peter. A história dos acontecimentos e o renascimento da narrativa. In BURKE, Peter (org). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora da Unesp, 1992, p. 327-46.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade**: estudo de teoria e história literária. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1980.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs). **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARDOSO, Ciro Flamarion. Gênero e literatura ficcional: o caso do Antigo Egito no 2º milênio A.C. In FUNARI, Pedro Paulo; FEITOSA, Lourdes Conde; SILVA, Glaydson José (orgs). **Amor, desejo e poder na Antiguidade**: relações de gênero e representações do feminino. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

CARDOSO, Ciro Flamarion. **Sete Olhares sobre a Antiguidade**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1994.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Difel, 1990.

CHARTIER, Roger. **Cultura escrita, literatura e história**. Porto Alegre: Artmed editora, 2001.

DOSSE, François. A era Lavissee. In DOSSE, François. **A História em migalhas**: dos Annales à Nova História. São Paulo: Ensaio; Campinas, S.P.: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1992, p.36-43.

DUMESNIL, René. **Gustave Flaubert**: l'homme et l'oeuvre. Paris: Desclée de Brouwer, 1947.

FERREIRA, Antonio Celso. **A epopeia bandeirante**: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940). São Paulo: Editora Unesp, 2002.

FLAUBERT, Gustave. **Bouvard et Pécuchet**: oeuvre posthume avec introduction et notes par Edouard Maynial. Paris: Garnier, 1954.

FLAUBERT, Gustave. **Carnets de travail**. Paris: Balland, 1988.

FLAUBERT, Gustave. **Correspondance**. Paris: L. Conard, 1926-1933.

- FLAUBERT, Gustave. **La tentation de Saint Antoine**. Paris: Flammarion, 1995.
- FLAUBERT, Gustave. **Le dictionnaire des idées recues**. Paris: L. Conard, 1947.
- FLAUBERT, Gustave. **Les lettres d'Égypte de Gustave Flaubert d'après les manuscrits autographes**. Paris: A. G. Nizet, 1965.
- FLAUBERT, Gustave. **Madame Bovary**. Paris: Gallimard, 1936.
- FLAUBERT, Gustave. **Oeuvres complètes de Gustave Flaubert**. Paris: Ed. Du Seuil, 1964.
- FLAUBERT, Gustave. **Flaubert par lui-même**. Paris: Éditions du Seuil, 1951.
- FLAUBERT, Gustave. **Salammbô**. Paris: Flammarion, 1992.
- FLAUBERT, Gustave. **Trois contes**. Paris: Flammarion, 1996.
- FREYRE, Gilberto. **Problemas brasileiros de Antropologia**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973.
- FUNARI, Pedro Paulo A. **A vida cotidiana na Roma Antiga**. São Paulo: Anablume, 2003.
- FUNARI, Pedro Paulo A. **Antiguidade clássica: História e Cultura a partir dos documentos**. Campinas: Ed. da Unicamp, 1995.
- FUNARI, Pedro Paulo A. Guerra do Peloponeso. In MAGNOLI, Demétrio. **História das guerras São Paulo: Contexto**, 2006, p. 19-45.
- FINLEY, Moses. **História Antiga: testemunhos e modelos**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.
- FINLEY, Moses. **Uso e abuso da história**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- FURET, François. **A oficina da história**. Lisboa: Gradiva: 197-.
- GAY, Peter. **O estilo na história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- GEARY, Patrick J. **O mito das nações: a invenção do nacionalismo**. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2005.
- GRALHA, Julio. Senhora da casa, divindade e monarca: as várias imagens da mulher egípcia. In CANDIDO, Maria Regina. **A mulher na antiguidade: no-**

vas perspectivas e abordagens. Rio de Janeiro: UERJ/NEA; Gráfica e Editora DG Ltda, 2012, p. 190-202.

GRIMAL, Nicolas. **Historia del antiguo Egipto**. Madid: Ediciones Akal, 1996.

GUINSBURG, J. Romantismo, historicismo e História. In **O romantismo**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1985, p.13-21.

HARLAN, David. A História Intelectual e o retorno da Literatura. In RAGO, Margareth; GIMENES, Renato (orgs). **Narrar o passado, repensar a história**. Campinas: Unicamp, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2000, p. 15-62.

HARTOG, François. **O espelho de Heródoto**: ensaio sobre a representação do outro. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

HERÓDOTO. **Histórias**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1985.

HOBBSAWM, Eric J. **A era das revoluções**: Europa 1789-1848. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

HOBBSAWM, Eric J. **A era do capital**: 1848-1875. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

JAMES, Henry. **Gustave Flaubert**. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1996.

JENKINS, Brian. **Nationalism in France**: class and nation since 1789. Savage, Md.: Barnes & Noble, 1990.

JONES, Siân. Categorias históricas e a práxis da identidade: a interpretação da etnicidade na arqueologia histórica. In FUNARI, Pedro Paulo; ORSER JR., Charles E.; SCHIAVETTO, Solange. **Identidades, discurso e poder**: estudos da arqueologia contemporânea. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2005.

KEMP, Barry J. **Ancient Egypt**: anatomy of a civilization. London: Routledge, 1991.

KENNEDY, Valerie. **Edward Said**: a critical introduction. Cambridge: Polity Press in association with Blackwell, 2000.

KRAMER, Lloyd S. Literatura, crítica e imaginação histórica: o desafio literário de Hayden White e Dominick LaCapra. In HUNT, Lynn. **A nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

LACAPRA, Dominick. **History, politics and the novel**. New York: Cornell University Press, 1989.

LENIN, Vladimir. **O imperialismo, estágio supremo do capitalismo**. Coimbra: Centelha, 1974.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Raça e História**. Lisboa: Editora Presença, 1980.

LOWITH, K. Hegel; Progresso X Providência e Vico. In **O sentido da História**. Lisboa: Edições 70, 1977, p.67-106; p.119-138.

LOZANO, Jorge. **El discurso histórico**. Madrid: Alianza Editorial, 1994.

MAUPASSANT, Guy de. **Gustave Flaubert**. Campinas: Pontes, 1990.

MELLA, Federico A. Arborio. **O Egito dos faraós: história, civilização, cultura**. São Paulo: Hemus Editora, 1981.

MOHL, Jules. **Vingt-sept ans d'histoire des etudes orientales: rapports faits à la Société asiatique de Paris de 1840 a 1867**. Paris: Reinwald et Cie, 1879.

MOMIGLIANO, Arnaldo. **As raízes clássicas da historiografia moderna**. Bauru, S.P.: EDUSC, 2004.

MOMIGLIANO, Arnaldo. **Ensayos de historiografia antigua y moderna**. México: Fondo de Cultura Económica, 1997.

MORAES, Érica Siane. **Heródoto e o Egito**. Tradução e comentário do Livro II das Histórias. 1999. Dissertação (Mestrado em Linguística) – UNICAMP, Campinas, 1999.

NOBLECOURT, Christiane Desroches. **A mulher no tempo dos faraós**. Campinas: Papirus, 1994.

NUNES, Benedito. A visão romântica. In GUINSBURG, J. (org.). **O romantismo**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1985, p. 51-74.

OLIVER, Roland. **A experiência africana: da pré-história aos dias atuais**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

OLIVIER, Laurent. As origens da arqueologia francesa. In Funari, P.P.A.(org.). **Repensando o Mundo Antigo**. Textos didáticos nº 49. Campinas: UNICAMP, 2003.

RÉMOND, René. **O século XIX: 1815-1914**. São Paulo: Editora Cultrix, 1981.

ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 2003.

RÉMOND, Réne (org). Uma história presente. In **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Fundação Getúlio Vargas, 1996, p.13-36.

RICOEUR, Paul. **Hermeneutics and the human sciences: essays on language, action and interpretation**. Cambridge: Cambridge University Press; Paris: Maison des Sciences de l'Homme, 1981.

SAID, Edward. **Cultura e Imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SAID, Edward. **Orientalismo: o oriente como invenção do ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SAID, Edward. **Reflexões sobre o exílio e outros ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SAID, Edward. **Representações do intelectual: as conferências Reith de 1993**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SILVA, Glaydson José da. **História antiga usos do passado: um estudo de apropriações da antiguidade sob o regime de Vichy 1940-1944**. São Paulo: Anablume; FAPESP, 2007.

TODOROV, Tzvetan. **A conquista da América: a questão do outro**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

TODOROV, Tzvetan. **Os gêneros do discurso**. Lisboa: Edições 70, 1981.

TURNER, Bryan S. Outline of a theory of **Orientalism**. In TURNER, Bryan S. **Orientalism: early sources**. v. 1, London: Routledge, 2000, p. 01-31.

VERCOUTTER, Jean. **L'Égypte et la vallée du Nil: des origines à la fin de l'Ancien Empire**. Paris: Presses Universitaires de France, 1992.

VERCOUTTER, Jean. **O antigo Egito**. Rio de Janeiro: Difel Editorial, 1980.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a História:** Foucault revoluciona a História. Brasília: UNB, 1992.

VIDAL-NAQUET, Pierre. **Os gregos, os historiadores e a democracia: o grande desvio.** São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

WILSON, Edmund. **O castelo de Axel:** estudo sobre a literatura imaginativa de 1870 a 1930. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

Artigos:

BAYM, Max I. William Dwight Whitney and Ernest Renan: The Role of Orientalism in Franco-American Relations. **Journal of the American Oriental Society**, New Haven, v. 99, n. 2, p. 225-234, 1979. Disponível em: <http://www.jstor.org> . Acesso em: 22 dez. 2004.

BRAGINSKY, Vladimir I. Rediscovering the 'Oriental' in the Orient and Europe: New Books on the East-West Cultural Interface: A Review Article. **Bulletim of the School of Oriental and African Studies**, University of London, v. 60, n. 3, p. 511-532, 1997. Disponível em: <http://www.jstor.org> . Acesso em: 22 dez. 2004.

FERREIRA, Antonio Celso. História e Literatura: fronteiras móveis e desafios disciplinares. **Pós-História**, Assis, n. 4, p. 23-44, 1996.

FUNARI, P. P. A. Retórica e argumentação, do mundo clássico ao nosso cotidiano. **Revista Eletrônica História e-História**, Bragança Paulista, p. 1-4, 2004. Disponível em: <http://www.historiaehistoria.com.br>. Acesso em :14 abr. 2006.

GREGORY, Derek. Between the Book and the Lamp: imaginative geographies of Egypt, 1849-50. **Transactions of the Institute of British Geographers**, London, v. 20, n. 1, p. 29-57, 1995. Disponível em: <http://www.jstor.org>. Acesso em: 22 dez. 2004.

LANNAN, Charles R. Recent Publications in the Field of Indian Antiquities (in Reviews and Book Notices). **The American Journal of Philology**, Baltimore, v.1, n. 3, p. 345-351, 1880. Disponível em: www.jstor.org. Acesso em: 15 jun. 2006.

MONOD, Gabriel. **Du progrès des études historiques em France depuis le XVIe siècle.** Revue Historique. France, v. 518, p.297-324, 1976

RODKEY, Frederick Stanley. The views of Palmerston and Metternich on the eastern question en 1834. **The English Historical Review**, Oxford, v.45, n.180, p.627-640, 1930. Disponível em: <http://www.jstor.org>. Acesso em: 12 dez. 2006.

SOMERS, Margaret. ¿Qué hay de político o de cultural en la cultura política y en la esfera pública? Hacia una sociología histórica de la formación de conceptos. **Zona abierta**, Madrid, n. 77-78, p. 31-94, 1996. Disponível em: <http://dialnet.unirioja.es>. Acesso em: 02 abr. 2005.

STONE, Lawrence. O ressurgimento da narrativa. Reflexões sobre uma velha história. **Revista de História**. Campinas, n. 2-3, p. 13-37, 1991.

STRAUSS, Jonathan. Political Force and the Grounds of Identity from Rousseau to Flaubert. **MLN**, Baltimore, v. 117, n. 4, pp. 808-835, 2002. Disponível em: <http://www.jstor.org>. Acesso em: 15 jun. 2006.

THOMPSON, Jason. Edward William Lane's "Description of Egypt". **International Journal of Middle East Studies**, London, v. 28, n. 4, p. 565-583, 1996. Disponível em: <http://www.jstor.org>. Acesso em: 22 dez. 2004.

TRABULSI, José Antonio Dabdab. Liberdade, igualdade, antiguidade: a Revolução Francesa e o mundo clássico. **Phoénix**, Rio de Janeiro, n.4, p. 205-255, 1998.

WEHLING, Arno. Em torno de Ranke: a questão da objetividade histórica. **Revista de História**, São Paulo, v. 46, p.177-200, 1973.

Dicionários e Enciclopédias:

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de política**. Brasília: Editora da UNB, 1993.

DICTIONNAIRE du XIXe siècle européen. Paris: Press Universitaires de France, 1997.

DUCROT, Oswald; TODOROV, Tzvetan. **Dicionário enciclopédico das ciências da linguagem**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.

ENCYCLOPEDIA of the Archaeology of Ancient Egypt. London and New York: Routledge, 1999.

LEVI, Anthony. **Guide to French literature: 1789 to the present**. Chicago: St James Press, 1992.

MOISÉS, Massaud. **Dicionário de termos literários**. São Paulo: Editora Cultrix, 1995.

THE OXFORD Encyclopedia of Ancient Egypt. Oxford: University Press, 2001.

Sites visitados:

<http://flaubert.univ-rouen.fr/>.

https://commons.wikimedia.org/wiki/Main_Page.

Este livro foi editorado com as fontes Crimson Text e Nexa.
Publicado on-line em: <https://repositorio.ufms.br>